



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

RAYANNE CORRÊA CABRAL

**EDUCAÇÃO FEMININA MIRIENSE NA ESCOLA MUNICIPAL
ARISTÓTELES EMILIANO DE CASTRO NO PERÍODO DE
1960 A 1985**



Belém / PA
2023

RAYANNE CORRÊA CABRAL

**EDUCAÇÃO FEMININA MIRIENSE NA ESCOLA MUNICIPAL
ARISTÓTELES EMILIANO DE CASTRO NO PERÍODO DE 1960 A
1985**

Dissertação apresentada a Pós-Graduação nível Mestrado da Universidade do Estado do Pará - UEPA Centro de Ciências Sociais e Educação, como pré-requisito avaliativo para obtenção título de mestre, como orientador o professor Dr José Anchieta de Oliveira Bentes.

Belém / PA
2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Biblioteca do CCSE/UEPA, Belém - PA

Cabral, Rayanne Corrêa

Educação feminina miriense na Escola Municipal Aristóteles Emiliano de Castro no período de 1960 a 1985 /Rayanne Corrêa Cabral; orientação de José Anchieta de Oliveira Bentes. - Belém, 2023

Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade do Estado do Pará. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2023.

1.Mulheres-Educação-Igarapé-Miri-PA.2.Ditadura-civil-militar-1960-1985-Igarapé-Miri-PA.3.Resistência-Igarapé-Miri-PA.2.I.Bentes, José Anchieta de Oliveira (orient.). II. Título.

CDD 23 ed. 305.4

Regina Coeli A. Ribeiro - CRB-2/739

RAYANNE CORRÊA CABRAL

**EDUCAÇÃO FEMININA MIRIENSE NA ESCOLA MUNICIPAL
ARISTÓTELES EMILIANO DE CASTRO NO PERÍODO DE 1960 A
1985**

Data da defesa:

Banca examinadora:

_____ Orientador
Prof. Dr. José Anchieta de Oliveira Bentes (PPGED-UEPA)
Doutor em Educação Especial (UFSCAR/SP)

_____ Membro interno
Prof. Dr^a Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino França (PPGED-UEPA)
Doutora em Educação (UNICAMP)

_____ Membro externo
Prof. Dra. Isabel Cristina França dos Santos Rodrigues (UFPA/PPGL)
Doutora em Educação (UFPA)

Dedico este trabalho especialmente a Deus, por ter me iluminado e aos meus amados pais, Sônia Maria Corrêa do Amaral e Manoel Raimundo Cabral da Fonseca, por serem a minha inspiração, apoio, amparo e incentivo durante essa jornada e por toda minha vida. Eu não seria nem metade do que sou se não fosse por eles. Obrigada!

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço imensamente a Deus por me abençoar em cada passo que percorri durante essa caminhada. Sou grata pai, por toda força e perseverança que transmitiu a mim, durante esses longos anos e me permitiu crescer enquanto acadêmica.

Aos meus familiares, sou extremamente agradecida por estarem sempre ao meu lado como meus maiores incentivadores nessa trajetória acadêmica. Ao meu amado pai, Manoel Raimundo Cabral, e minha amada mãe, Sônia Maria Corrêa do Amaral, que não mediram esforços para ajudar em todos os momentos de dificuldades, sempre me encorajando e buscando formas de proporcionar a melhor educação possível. Agradeço aos meus irmãos: Rayanna Cabral, Rayanni Cabral e Willyan Álvaro Corrêa que sempre acreditaram no meu potencial e torceram por mim, durante todo esse percurso. Não posso deixar de mencionar um agradecimento ao meu namorado Matheus William Tavares que me apoiou e compreendeu os meus momentos de ausência em função do Mestrado. E um agradecimento especial aos meus falecidos avós: Veridiana, que morreu no dia 29 de dezembro de 2022, e Raimundo, que faleceu dia 30 de janeiro de 2023, deixando uma imensa saudade, dedico a eles toda essa conquista pelo apoio que sempre me deram para que continuasse meus estudos. Obrigada meus queridos amados avós e a todos os membros da minha família que pelo incentivo, pela paz, pela tranquilidade e em principal pelo amor que me proporcionaram em todos os momentos.

Gratidão aos funcionários da escola Aristóteles Emiliano de Castro como também as antigas professoras entrevistadas: Benedita Santos, Osvaldina de Melo e Aurea Maria Rodrigues que me possibilitaram recursos e auxílio para a construção desse trabalho.

E como esquecer de mencionar o meu orientador? Esse que esteve comigo acompanhando passo a passo dessa construção de conhecimento, José Anchieta Oliveira Bendes, que se dedicou de alma e coração nesse papel, não medindo esforços para ajudar e fez toda a diferença para a minha formação. Obrigada de todo coração por todo apoio e compreensão que teve comigo!

A todos os que mencionei e muitos outros que fazem parte da minha vida, os quais contribuíram na construção desse trabalho, recebam o meu “Muito obrigada”. Nunca esquecerei do apoio de cada um de vocês que de maneira direta ou indiretamente me incentivaram nesse processo.

No final do século XX, as mulheres passaram a fronteira do mundo dos homens escamoteando o lado feminino da vida. Enfrentaram a concorrência no espaço público carregando consigo, escondidas, as raízes do espaço privado [...]. Procuraram assim corresponder ao novo perfil de mulher que emergia de um paradigma. Obedeciam a uma mensagem dupla e contraditória: para ser amada continue sendo mulher. Seja homem e seja mulher

(OLIVEIRA, 1993, p. 55-56).

RESUMO

O presente trabalho objetivou compreender a educação feminina na escola “Aristóteles Emiliano de Castro”, no município de Igarapé-Miri, no Estado do Pará, no período de 1960 a 1985, por meio da oralidade de três professoras mirenses que trazem relatos de suas vidas como mulheres educadoras, com base nas suas percepções do que ocorreu na época, das atitudes professorais e das possíveis resistências aos arbítrios que ocorreram. Devido principalmente ao interesse pela importância da educação como diretriz para mudança social do ser humano e valorizando a história das mulheres em diversos espaços e contextos históricos, o procedimento da pesquisa adotada foi a pesquisa de História Cultural com a análise de documentos, fotografias e realização de entrevistas orais. Tendo como resultado, conforme a análise dos relatos apresentados pelas professoras houve resistência através de sua profissão, na qual obtinham possibilidades e limites, onde dentro da escola por meio de sua prática pedagógica desenvolviam um trabalho crítico e esclarecedor e também fora da escola, elas lutavam contra a repressão, assim foi constatado que as participantes desta pesquisa construíram, através de suas práticas educativas, a resistência ao período civil-militar. Além disso, a oposição realizada por essas professoras foi delimitada pelas características do movimento oposicionista da sociedade em geral, ou seja, a resistência por elas desenvolvidas estava integrada no contexto social e político pelo qual o país passava em cada período da ditadura civil-militar.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar. Educação de Mulheres em Igarapé-Miri. Ginásio. Resistência.

ABSTRACT

The present work aimed to understand the feminine education in the school "Aristóteles Emiliano de Castro", in the municipality of Igarapé-Miri, in the State of Pará, in the period from 1960 to 1985, through the orality of three teachers from Mira who bring reports of their lives as women educators, based on their perceptions of what happened at the time, the teaching attitudes and possible resistance to the decisions that occurred. Mainly due to the interest in the importance of education as a guideline for the social change of the human being and valuing the history of women in different spaces and historical contexts, the research procedure adopted was the Cultural History research with the analysis of documents, photographs and realization of oral interviews. As a result, according to the analysis of the reports presented by the teachers, there was resistance through their profession, in which they obtained possibilities and limits, where inside the school, through their pedagogical practice, they developed a critical and enlightening work and also outside the school, they struggled against repression, thus it was verified that the participants of this research built, through their educational practices, the resistance to the civil-military period. In addition, the opposition carried out by these teachers was delimited by the characteristics of the oppositional movement in society in general, that is, the resistance they developed was integrated into the social and political context the country was going through in each period of the civil-military dictatorship.

Keywords: Civil-military dictatorship. Women's Education in Igarapé-Miri. Gymnasium. Resistance.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Disciplinas do Ginásio entre os anos de 1978 a 1980.	52
Quadro 2- Disciplinas do Ginásio entre os anos de 1981 a 1983	53
Quadro 3- Disciplinas do Ginásio entre os anos de 1984 e 1985.	53
Quadro 4 - Ocupantes de Cargos políticos do Brasil, Estado do Pará e Igarapé-Miri, no período 1964-1985.	60

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Rio Canal de Igarapé-Miri/PA	31
Figura 2 - Cidade de Igarapé-Miri (Localizada no Nordeste do Estado do Pará, às Margens do Rio Igarapé-Miri, Banhada Pelo Rio Tocantins)	32
Figura 3 Escola Municipal Ruth Passarinho Construída em sua Administração - Hoje Servindo como Ginásio - Aristóteles Emiliano de Castro 63 – 67.	37
Figura 4 - Fotografia da Primeira Turma de alguns Concluintes do Ginásio	38
Figura 5 - Fotografia Com a entrevistada Benedita Santos (10/04/2020).	39
Figura 6 - Fotografia com a entrevistada Osvaldina Melo (31/05/2021)	40
Figura 7- Fotografia com a entrevistada Áurea Maria Rodrigues (31/05/2021)	41
Figura 8 - Fotografia do Desfile 7 de setembro (Portas bandeiras e pelotão de guardas das portas bandeiras) Ano:1978.	80

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Mapa de Igarapé-Miri	28
Mapa 2 - Localização da Escola Aristóteles Emiliano de Castro	35

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
2 PROCEDIMENTO TEÓRICO METODOLÓGICO	22
2.1 Igarapé-Miri e a escola Aristóteles Emiliano de Castro	27
2.2 As professoras entrevistadas	38
3 HISTÓRIAS DA EDUCAÇÃO FEMININA NO BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XX.....	42
3.1 A LDB de 1961	42
3.2 A LDB de 1971	47
4 EDUCAÇÃO DE MULHERES EM IGARAPÉ-MIRI	51
4.1 Análise dos Documentos da Escola.....	51
4.2 “Artes femininas” e “Educação para o lar”	55
4.3 As Vozes das Mulheres Mirienses	59
4.3.1 Período Militar no Pará e em Igarapé-Miri	60
4.3.2 Ser mãe professora em Igarapé- Miri no final do século XX	70
4.3.4 Ser mulher divorciada em Igarapé-Miri no final do século XX	72
4.3.4 Ser Mulher Negra em Igarapé- Miri no final do século XX.....	74
4.3.5 Vestimentas escolares femininas em Igarapé-Miri no final do século XX.....	79
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS.....	87
ANEXO.....	92

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho objetivou compreender a educação feminina na escola “Aristóteles Emiliano de Castro”, no município de Igarapé-Miri, no Estado do Pará, no período de 1960 a 1985, por meio da oralidade de três professoras mirenses, as senhoras Benedita Miranda dos Santos, Osvaldina Quaresma de Melo e Aurea Maria Pinheiro Rodrigues, que trazem relatos de suas vidas como mulheres educadoras.

Como também reconhecer as percepções dessas professoras sobre o que ocorreu na época, das atitudes professorais em relação ao sistema educacional feminino, dos conteúdos ministrados e das suas possíveis resistências aos arbítrios que ocorreram.

A razão da escolha do tema para se tratar de mulheres e educação, tem relevância nas razões epistemológica e histórica.

Por uma razão epistemológica, percorre as etapas e percursos da minha vida, quando busquei fazer o contato com meu tema de pesquisa, este sendo determinado pelas minhas inspirações e formação acadêmica que me permitiu olhar a sociedade de forma mais crítica e questionadora.

Em primeiro quesito, eu cresci ao lado de mulheres incríveis, sempre tendo minha mãe e minhas avós como principais referências femininas, tendo além delas, a honra de nascer ao lado de outras duas mulheres que ao longo da minha vida também me inspiraram. No dia 04 de abril de 1997, minha mãe me concebeu na Casa de Misericórdia em Belém, pelo fato de ela estar esperando trigêmeas. Com sete meses de gestação minha mãe destina-se a Belém, pois o parto era de risco, deu à luz a três meninas e eu era uma delas. O parto de trigêmeas não era possível ocorrer nos hospitais de Igarapé-Miri –cidade a qual residimos –, devido à falta de estrutura para atender a essa especificidade. Desde então, faço parte do trio de irmãs, que estudaram juntas, até o terceiro ano da educação básica. Continuamos juntas no curso de licenciatura em pedagogia, mas também direcionadas em outras áreas de formação com escolhas diferentes. Uma foi para a Licenciatura em Física – cursando entre os anos de 2020 a 2022 o mestrado em Física na UFPA –, a segunda se direcionou para a Licenciatura em geografia –cursando entre os anos de 2021 a 2023 o mestrado em Geografia na UEPA –, e eu busquei complementar minha formação de educadora atuando em História na UFPA, fazendo a escolha pelo Mestrado em Educação do PPGED, entre os anos de 2021 a 2023.

Detalho mais um pouco esse processo de escolarização: no mês de março de 2015, iniciei o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia por uma instituição particular, a Faculdade de Educação e Tecnologia da Amazônia (FAM), localizada no município de Abaetetuba-PA, em formato semipresencial. No mesmo ano de 2015, em agosto, em turno matutino, iniciei minha vida acadêmica cursando Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA), no período regular, no Campus Universitário do Baixo Tocantins/Cametá, também no município de Abaetetuba-PA, localizado à 52 km da Capital Belém.

Tanto eu como minhas irmãs caminhamos academicamente como futuras professoras, pois assim como nossa mãe e nosso pai que também são educadores, sempre acreditamos na importância da educação como um fator crucial na vida do ser humano.

Nossas avós, tanto de mãe como de pai, nunca tiveram oportunidade de estudar. De acordo com elas, as infâncias foram marcadas pelo preconceito de que mulher não deveria estudar, mas sim aprender a cuidar da casa. Não lhe permitiam obter o aprendizado que tanto almejavam. No entanto, mesmo não aprendendo a ler ou a escrever sempre incentivaram seus filhos, filhas, netos e netas a estudarem, independente de gênero, pois acreditavam na educação para todos e todas. Foi gratificante ouvir durante anos seus encorajamentos para que continuasse meus estudos.

Minhas avós, minha mãe e minhas irmãs refletem para mim a imagem de mulheres inspiradoras. Meu apreço por fazer uma pesquisa sobre a educação de mulheres veio com elas.

Por uma razão histórica: eu defini o meu tema delimitando o espaço geográfico da pesquisa e o tempo histórico, como instrumentos principais para uma pesquisa histórica.

A Escolha do espaço geográfico de pesquisa – Cidade de Igarapé-Miri, a escola Aristóteles Emiliano de Castro – referem-se ao meu interesse pessoal e acadêmico, sendo o primeiro, o lugar em que passei toda minha infância e juventude, o segundo por ser considerada uma das escolas mais tradicionais da Cidade. Local de grande importância por ser resultante na formação de muitos educandos e educandas do Município, no qual tive a oportunidade de pesquisar durante a minha graduação de História, ao investigar sobre a disciplina de História durante a ditadura civil-militar dentro da instituição. No entanto, agora apresento uma nova pesquisa, com novas

abordagens na localidade referente a perspectiva de três professoras da rede de ensino.

Na graduação de História, percebi a importância do conhecimento histórico de um povo para a compreensão de parâmetros sociais, políticos e culturais. Desse modo, dedico-me a contribuir com a preservação da história do município onde moro. Compreendo enquanto Historiadora a militância contra o esquecimento e pela valorização das informações sobre a origem e a constituição do município.

Assim, nessa perspectiva de valorização da história local, tenho como caminho opcional pesquisar a minha cidade de Igarapé-Miri localizada no Estado do Pará, tornando este um espaço de investigação histórico-educacional.

Com base nisso, o presente trabalho tem aproximações com no campo da História cultural, trazendo elementos da história local. O que não significa dizer que há uma dissociação com a História Geral, pois embora esteja relacionada a uma história global, a história local se caracteriza pela valorização dos fatos particulares, das diversidades; ela é um ponto de partida para a formação de uma identidade regional, esse campo histórico se enquadra dentro do raciocínio fornecido pela escola dos *Analles* e das novas correntes historiográficas do século XX, derivado pelos recorrentes estudos regionais (DONNER, 2012). Para tanto, é notável integrar o conceito de história local como proposta neste trabalho.

Segundo o Historiador Goubert, a **história local** é “aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou uma capital estão além do âmbito local), ou a uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum” (GOUBERT, 1992, p. 70).

A abordagem sobre história local remete à concepção de “lugar” ou “localidade” ou até mesmo “território”. fornecendo conhecimentos a respeito dos pequenos e médios municípios ou de áreas geográficas não limitadas e não muito extensas, mas que durante muito tempo foi alvo de debates por historiadores, desprezada por defensores de História Geral, principalmente no século XIX e início do XX, tendo maior aceitação e importância somente a partir da metade do século XX com a incorporação nos estudos da **nova história**, a qual questionava-se sobre uma historiografia baseada em instituições e nas elites, que dava bastante relevância a datas e fatos, de forma positivista, sem ir a fundo das grandes análises de estrutura e conjuntura (GOUBERT, 1992).

Nesse sentido, embora esteja relacionada a uma História global, a história local compreende um fragmento dela, determinada a um bairro, cidade, município ou distrito, não a um globo como um todo, fundamental para se compreender a construção de determinados processos e entender a constituição histórica e relações de atores sociais em um determinado meio que habitam.

A historiadora Circe Bittencourt (2009, p.168) acrescenta que a “história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência”. Dessa forma, possibilita a associação com o conhecimento que o/a educando/a traz consigo ao se referir ao ambiente que ele conhece como sua cidade ou os espaços que frequenta – tal como escola, casa ou comunidade – com o que é repassado em sala de aula. Ajudando-o a identificar melhor os estudos relativos ao passado ao trazer aspectos ligados ao presente.

Mattozzi (1998, p. 40) também afirma essa importância e ainda aponta que “[...] histórias locais permitem a investigação da região ou dos lugares onde os alunos vivem, mas também das histórias de outras regiões ou cidades”. Deixando evidente a relevância da pesquisa de histórias locais em outros espaços para a construção de novos conhecimentos que representam a herança de gerações passadas e que podem ser refletidas e estudadas por pesquisadores e curiosos que queiram saber sobre questões da realidade e da vida cotidiana de um povo ou comunidade.

Em vista disso, buscando fazer uma pesquisa de história local para trazer novos estudos sobre o município que nasci. A cidade escolhida para a pesquisa é Igarapé-Miri, um município do Estado do Pará, no Brasil, conhecido como a “Capital Mundial do Açaí”, por ser o maior produtor e exportador desse fruto no mundo, localizado à margem direita do rio homônimo, na zona fisiográfica Guajarina (LOBATO, 2000). Tais informações serão mais aprofundadas na seção 2 que trata dos aportes metodológicos da pesquisa.

Nessa cidade, busquei selecionar uma escola dentre várias outras instituições educacionais para ser a sede da pesquisa. A instituição educacional escolhida para estabelecer essa investigação foi a escola Aristóteles Emiliano de Castro, por vários fatores. Primeiro, como já havia mencionado, ela é uma rede de ensino tradicional rica em sua historicidade e na formação do aluno miriense. Segundo por ser a primeira instituição do município que se adequa ao segundo segmento de segundo grau. Em terceiro por conter em sua grade de ensino, no período da pesquisa, professoras

conhecidas e importantes no município que atuaram nessa localidade, as quais busquei dialogar para a construção desse trabalho.

Em quarto e último lugar, mas não menos importante, dando a continuidade a uma pesquisa dentro da instituição, mais com novas abordagens e olhar diferenciado. Há bastante tempo que anseio trabalhar com educadoras, no entanto não tinha instrumentos ou documentos necessários para iniciar esse processo. Quando fiz uma pesquisa em 2018 nesse espaço escolar – Aristóteles Emiliano de Castro –, o estudo era a respeito do ensino de história no período militar, como uma iniciação científica que foi fundamental para minha trajetória acadêmica. Na época que pesquisei percebi com base nos documentos fornecidos pela instituição a presença de disciplinas atribuídas para mulheres, tal como: “Artes femininas” posteriormente mudada a nomenclatura para “Educação para o lar”. Logo me chamou atenção a existência dessas disciplinas, pois quando era aluna de ensino fundamental maior de 2007 a 2010 desconhecia a presença dessas aulas nos componentes curriculares, por não serem mais ofertadas.

No entanto, muitas mulheres do município assistiram essas aulas “Artes Femininas” e “Educação Para o Lar” e muito tem a contar sobre a atuação dessas disciplinas principalmente sobre ser mulher nesse período. Contudo, como minha pesquisa na época não era vinculada com esse assunto, guardei a documentação com a esperança de futuramente trabalhar e pesquisar profundamente esse tema, o que me permitiu contemplar e trazer essas informações analisadas e pesquisadas nesta dissertação.

Por sua vez, o espaço temporal ou período histórico escolhido se dá no final do século XX, entre 1960 a 1985, período em que ocorreu várias mudanças no cenário brasileiro, também marcado por tensões políticas de grupos divergentes. Além do golpe militar de 1964 que conduziu um dos períodos mais famosos da história brasileira, a ditadura civil-militar¹ do Brasil. Recorte temporal influenciado, em primeiro lugar, pela ausência de estudo que carece de uma apuração mais aprofundada. Em segundo, dando continuidade acadêmica de pesquisa a um período que tenho conhecimento em virtude de pesquisas anteriores, frisando estabelecer vínculos com estudos que realizei durante minha trajetória acadêmica nos anos de graduação em

¹ Ditadura civil-militar é em razão desta época ser marcada por duros momentos de repressão, censura e ameaça política, tendo como governo o poder exercido pelos militares.

História e Pedagogia, procurando dar prosseguimento ao que foi aprendido e investigado durante os estudos com novas abordagens e novos assuntos aprimorados, acrescentando novos olhares, novas personagens e novos parâmetros.

Ademais, busquei iniciar o recorte do tempo em 1960, pois foi o ano que ocorreu o início da construção da escola Aristóteles Emiliano de Castro no município, assunto que será abordado com mais detalhes na próxima seção.

Tendo o recorte de 1960 a 1985, incluindo o período compreendido da ditadura civil-militar, que iniciou após o golpe de Estado de 1964, e que perpetuou até o ano de 1985. Em 2022, esse episódio da nossa história recente completou 58 anos, remetendo a novos debates, principalmente acadêmicos, com novos olhares diferenciados que apontam além de revisões e novas perspectivas.

Nesse sentido, escolhido o espaço e o tempo, o tema voltado à educação se apresenta significativo em decorrência principalmente da minha formação em Pedagogia que me permitiu olhar a educação com novas lentes considerando-a como principal base para a construção social, ética e profissional do indivíduo. Ademais, falar sobre mulheres também se apresenta relevante, pois como feminista que acredita na luta e na importância e valorização da história das mulheres, tenho o dever de apontar a visão participativa delas na construção de uma pesquisa histórica do município que cresci e me considere cidadã embora tenha nascido na Santa Casa de Misericórdia na Cidade de Belém.

É importante salientar que para a construção dessa dissertação, o campo histórico que me insiro e a visão de mundo que tenciono trabalhar é determinado com base nos estudos da Nova História presente nos estudos de História Cultural.

Todas as pessoas estão inclusas em uma visão de mundo, algumas até mesmo desconhecem a sua, embora faça parte dela, seja com base em sua criação, costumes e valores que influenciaram sua forma de pensar e agir; ou com conhecimentos que foram adquiridos e repassados por meio de estudos e relações sociais com outros indivíduos. O pesquisador americano William Cobern (1991, p. 31) disse uma vez que a “visão de mundo é o mar no qual as pessoas nadam. Devido à sua proximidade íntima e devido a uma pessoa perceber tudo através dela, a visão de mundo é virtualmente invisível” (COBERN, 1991, p. 31).

Em suma, demonstra como cada ser enxerga as variadas questões da vida. No parâmetro acadêmico se encaixa dentro de método científico escolhido para uma pesquisa já que se fundamenta em um conjunto de princípios para a investigação,

dentre os quais: a) nos orientamos para a constituição da identidade das participantes como representantes de um determinado grupo social; b) visamos as relações sociais estabelecidas entre os participantes de um determinado grupo social; c) procuramos os sentidos produzidos pelas participantes relacionado estes com contextos específicos de vida; d) analisamos as “relações estruturais, transparentes ou veladas, de discriminação, de poder e de controle manifestas nos discursos” (VIEIRA; MACEDO, 2018, 49); e) pretendemos dar uma devolutiva para a escola e para as participantes da pesquisa, fornecendo uma cópia da pesquisa e viabilizando eventos que possam ser discutidos os resultados da pesquisa.

No entanto, para se criar para se estabelecer esse conjunto de princípios é necessário principalmente ter sua visão de mundo já definida como argumento para apresentar a relevância da pesquisa.

No meu caso, Nova História se mostrou desde muito tempo a visão de mundo e o campo histórico que me encontrei, embora inicialmente desconhecesse essa vertente, mas já concordava com várias de suas afirmações.

Sabendo que a base construtiva da Nova História é decorrente da História Cultural. Mas o que é História Cultural? E como essa corrente foi importante para as pesquisas em história da educação? Ademais, como ela se faz presente na minha pesquisa?

A primeira pergunta é um questionamento pensado a muito tempo, mas que até hoje não obteve uma resposta satisfatória, considerando toda uma complexidade da questão. Em vista disso, busco compreender como surgiu essa vertente. De acordo com Burke (2008), teve seu ponto inicial na Alemanha onde vários estudiosos e artistas começaram a olhar para o povo e seus costumes com uma nova perspectiva, e assim começaram a pesquisa como as obras acadêmicos que marcaram um período, “Outono da idade Média” (1919) do historiador Johan Huizinga (1872 – 1945) que trouxe aspectos interessantes ao se preocupar com os sentimentos das pessoas, emoções e formas de pensamentos medievais; e a obra “A cultura do Renascimento na Itália” (1860) de Jacob Burckhardt (1818 – 1897) que apresenta uma história dos acontecimentos. Surgindo a ideia de cultura popular, originando-se no mesmo lugar que a história cultural, isso é, na Alemanha, permitindo, em 1960, que historiadores pusessem em prática pesquisas os estudos voltados para canções, contos populares, danças, rituais, artes, ofícios entre outros costumes de um povo, os quais foram descritos por intelectuais. A exemplo disso, tem-se o historiador Eric Hobsbawm

(1917-2012) que escreveu “História social do Jazz” (1962), abordando o jazz como algo importante e uma forma de protesto; também o historiador Edward Palmer Thompson (1924-1993) com a obra “A formação da classe operária inglesa” (1963), que olhou para o ofício do trabalhador e sua classe social.

A História Cultural se sobrepõe, em sua abordagem ao movimento “Nova História” uma corrente historiográfica Francesa que teve como início após o seguimento iniciado nas últimas décadas do século XIX, tendo como base as abordagens e perspectivas dos historiadores Marc Block (1886-1994) e Lucien Febvre (1878-1956) com a publicação da revista *Annales d'histoire économique et sociale* que teve uma grande aceitação por parte de historiadores e intelectuais que mudaram a concepção do ensino de história.

Nessa revista os historiadores buscaram ir contra a história tradicional e positivista, dando visibilidade com novos olhares para a camada popular e os indivíduos da sociedade. Tornou-se um espaço para que vários historiadores pudessem contribuir com várias histórias de pessoas comuns e atividades humanas. Dessa forma, buscaram se contrapor a história tradicional, a uma história positivista que se concentrava nos “grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos” (BURKE, 2011, p.12) e compreendia que a história deveria ser baseada em documentos escritos.

Ao todo a “Escola dos *Annales*” percorreu três fases. De acordo com Burke em sua obra “A Escola dos Annales: (1929 - 1989) A Revolução Francesa da Historiografia” (1997). A primeira geração (1929-1949) composta pelos fundadores Marc Block (1886-1994) e Lucien Febvre (1878-1956), que se destaca principalmente pelo conceito de história-problema, que buscaram problematizar e questionar dados, objetos, a história política e até mesmo fontes. Nesta Block apresentou seu apreço a questionamentos e o desprezo a sistematização cronológica com base nas fontes documentais como detentoras da verdade. A segunda geração (1946- 1968), por sua vez, deu palco para historiadores como Fernand Braudel (1902-1985) que se preocupou com a questão do tempo e da geo-história.

A primeira metade do século testemunhou a ascensão da história das ideias. Nos últimos trinta anos nos deparamos com várias histórias notáveis de tópicos que anteriormente não se havia pensado possuírem história, como, por exemplo, a infância, a morte, a loucura, o clima, os odores, a sujeira e a limpeza, os gestos, o corpo, a feminilidade, a leitura, a fala e até mesmo o silêncio (BURKE, 2011, p.11).

No entanto, foi somente na terceira geração (1968-1989) que surgiu "*Nouvelle Histoire*" (Nova História) na década de 1970. Foi composta por diversos historiadores, entre eles, Jacques Le Goff (1924 - 2014) e Pierre Nora (1931). Essa terceira fase se caracteriza por utilizar métodos que investigam os pensamentos e ações humanas ao longo do tempo. Dessa forma, valorizam fatos que estão ocorrendo no presente e consideram o fato histórico mais próximo da mentalidade dos seres humanos que viveram em uma determinada época, buscando compreender como as pessoas pensavam, se organizavam em sociedade ou como produziam suas riquezas, a partir de uma análise no presente (HIPÓLIDE, 2009), trazendo assim, maior visibilidade às massas humanas, permitindo aos sujeitos históricos antes irrelevantes para a historiografia uma função fundamental para o destino da humanidade.

Com a criação da "Nova História" foi com base no movimento "*história das mentalidades*" que se impõe a História Cultural nesse contexto, tendo como um dos representantes dessa História Cultural na França, o escritor Roger Chartier (nascido em 1945) que se tornou um dos principais atuantes com a criação de várias obras e um dos membros da História Cultural e também da questionada 4ª geração² dos Annales.

Em suma, essa "**Nova História**", objetivou entender a história com base em novas abordagens, questionamentos e perspectivas diferenciadas da história tradicional meramente associada à política de "heróis" e homens ilustres que remete a continuidade datada cronologicamente por entre guerras e grande feitos, que excluía a visão participativa dos pequenos comerciantes, dos artesãos, da perspectiva feminina, negra e indígena, notavelmente vistos como "figurantes" ou sem relevância pela historiografia. Assim, com a nova história "o movimento da história vista de baixo também reflete uma nova determinação para considerar mais seriamente as opiniões das pessoas comuns sobre seu próprio passado [...]" (BURKE, 2011, p.16), trazendo visibilidade e voz para que os sujeitos, antes esquecidos pela história, possam apresentar seu ponto de vista.

Dessa forma, com isso, respondendo o segundo questionamento de como essa corrente se torna importante para as pesquisas históricas. Tendo em vista que a

² São debatidos e questionados pelos Historiadores a existência de uma 4ª geração dos Annales a partir de 1989. Enquanto alguns acreditam nessa existência, outros negam ao afirmar que existe somente 3 gerações.

história cultural ou nova história, como também é chamada, permitiu enxergar a visão participativa de sujeitos históricos que por muito tempo foram ignorados da historiografia. Entre eles tem a história das mulheres que por muito tempo foi desconhecida por estudiosos e pesquisadores, pela inexplorada história de seu conhecimento.

Também contribuiu com novas formas de pesquisa, pois passaram a valorizar as mentalidades do cotidiano, a arte, as tradições e o povo, agora elementos fundamentais para a compreensão das transformações vividas pelos homens e pelas mulheres em seu meio. A pesquisa de campo foi enaltecida com essa nova forma de investigar a história, assim como foram aprimoradas análises críticas à história cronológica, vista por muitos como pronta e acabada, sendo que as mudanças ocorridas ao longo da história foram processuais e não ocorreram de um dia para o outro. Ademais, os estudos de História cultural contribuíram com novas formas de olhar, decifrar e procurar fontes históricas, passando a valorizar como fonte a história contada, a memória e as tradições de um povo pela fala, além da escrita. Possibilitou a construção de novas histórias e novos sujeitos que não tinham sua história escrita por documentos e obras.

É importante ressaltar que essas mudanças de pesquisa não se deram de forma direta e linear, foi necessária uma modificação no panorama educacional de ensino. Tanto historiadores e historiadoras quanto as instituições escolares tiveram que se adaptar aos novos moldes que a educação histórica estava caminhando. É perceptível que a aplicação do antigo modelo positivista ainda é bastante frequente, mas que aos poucos vai se moldando com estudos novos que respeitam as demais camadas sociais.

No Brasil a nova história cultural chega de forma mais tardia. Em suma, a História cultural e educação passam a ter uma interface, em um momento ligadas e próximas e outras distanciadas pelos seu objeto de estudo. Aos poucos permitindo uma reformulação da história da educação, de maneira interdisciplinar, contribuindo com metodologias e conceitos diferenciados, apresentando novos objetos, problemas e temporalidades da história da educação para esse campo. Assim como também contribuindo para o desdobramento de dimensões ainda pouco exploradas dentro da escolarização e fora dela.

Para a pesquisa da história cultural que desenvolvo aqui, ela se mostrou relevante, pois como já mencionado a **Nova História** busca contar a história de

sujeitos, antes esquecidos pela história, para que possam apresentar seu ponto de vista, sendo colocado esse estudo posto em prática neste trabalho ao buscar contar a história das mulheres no cenário educacional no período pesquisado de 1960 a 1985.

Estas mulheres por muito tempo foram apagadas da história e não tendo seu ponto de vista contado. As que apareciam na maioria das vezes eram tratadas como personagens secundárias, seres sem relevância, isso quando não tinham suas biografias alteradas, deturpadas, vistas por uma visão machista, ou simplesmente não apareciam nos registros como se não existissem (REZZUTTI, 2018).

E em função disso, esse trabalho pretende contribuir com a História Cultural apresentando a visão participativa das figuras educadoras no período de 1960 a 1985 no município de Igarapé-Miri, apresentando-as como personagens principais da História a ser contada nesta dissertação, frisando seus relatos, anseios, emoções e participações em relação com a educação que era ministrada.

Para a produção desta pesquisa utilizei vários autores relacionados com o tema para a investigação. Entre esses autores destacam-se a Doutora Historiadora Mary Del Priore e sua obra **Sobreviventes e Guerreiras**: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000, que enfatiza a presença feminina em suas lutas e pautas na história do Brasil do século XVI até o século XX; Bell Hooks. e seu escrito: **O feminismo é para todo mundo** necessário para tratar sobre os diferentes tipos de mulheres. Também dialoguei com a autora Maria Ribeiro do Valle e seu livro **1968**: O diálogo é a violência para estabelecer uma compreensão sobre o período militar estabelecido no Brasil. O Historiador Cultural Jacques Le Goff também se fez necessário para a investigação com suas contribuições sobre a memória em sua obra **História e Memória** e também autores que tratam sobre o município de Igarapé-Miri no período estudado como Suely S. Miranda Lobato em **Alberone Lobato**: vida, trabalho e realizações e as autoras Crisálida Pantoja Soares e Cesarina Corrêa Lobato que apresentam a história da instituição Aristóteles Emiliano de Castro em sua obra **Prismas sobre Educação e Cultura em Igarapé-Miri no século XX**, entre muitos outros estudiosos e outras estudiosas que foram lidos, estudados e selecionados para a adequação final dessa dissertação.

Assim, o trabalho busca analisar o ensino das mulheres no município de Igarapé-Miri/Pará no período de 1960 a 1985, visando olhares sobre o passado, o qual

iniciou da questão problema: quais as possíveis resistências e percepções das professoras no município de Igarapé-Miri durante os anos de 1960 a 1985?

Feito esse panorama geral da pesquisa incluindo as razões pessoais, epistemológicas, históricas e geográficas, apresento as seções seguintes desta dissertação. Na segunda seção trato sobre a metodologia adotada e como se iniciou a pesquisa de campo na escola Aristóteles Emiliano de Castro, na seção três pontuou sobre a História da educação feminina no Brasil, quando busco trazer uma breve trajetória sobre a educação das mulheres, dando ênfase para a parte do século XX como período escolhido para pesquisa, visando verificar a participação das mulheres nos setores públicos educacionais. Na quarta seção analiso e apresento os resultados da pesquisa com base nos documentos e entrevistas coletados. E por fim apresento nas considerações finais uma sumarização do que foi apreendido durante a pesquisa e na construção da dissertação.

2 PROCEDIMIENTO TEÓRICO METODOLÓGICO

Para a construção desse trabalho o objetivo escolhido tenciona compreender a educação feminina na escola “Aristóteles Emiliano de Castro”, no município de Igarapé-Miri, no Estado do Pará, no período de 1960 a 1985”. E os objetivos específicos pretende apresentar as percepções das professoras entrevistadas em relação aos acontecimentos da época, as atitudes professorais em relação ao sistema educacional feminino, aos os conteúdos ministrados e das possíveis resistências das educadoras aos arbítrios que ocorreram.

Com essas definições estabelecidas busquei me dedicar, intencionalmente, às formas de pesquisas que possibilitaram a construção deste trabalho. Para isso, a primeira etapa se configurou nas análises e nos fichamentos de obras que tratam sobre a Educação da Mulher no Brasil, dando ênfase ao século XX.

Já determinado o *locus* da pesquisa (Igarapé-Miri/PA – Escola Municipal de Ensino Fundamental Aristóteles Emiliano de Castro), busquei dar continuidade refletindo as fontes históricas necessárias que serão analisadas como instrumentos para o tipo de pesquisa de campo que pretendi optar.

Para o historiador Marc Bloch (2001) é possível conhecer a realidade que vivemos por meio de vestígios, que são chamados de fontes históricas ou documentos históricos. Essas fontes são itens materiais ou imateriais, nas quais historiadores, por meio de seu ofício, investigam, reconstroem e interpretam acontecimentos. É por meio delas que se pode ter acesso a informações sobre uma determinada época (passado ou presente). Esses documentos são divididos em documentos textuais, vestígios arqueológicos, imagens, pinturas rupestres, registros orais, entre outros.

Para a minha pesquisa eu utilizei três tipos de fontes históricas: documentos textuais, fotografias e registros orais.

Em primeiro, a fonte documental escrita estabelecida nesta pesquisa é definida com base nos documentos escolares (cadernetas e diários de classe) obtidos na Instituição de ensino Aristóteles Emiliano de Castro. Durante visitas na escola me foram fornecidos diários de classes e cadernetas de professores que possibilitou a construção de quadros das disciplinas ofertadas nos anos de 1978 a 1985 (quadro número 1,2 e 3) que estão apresentadas na quarta seção desta dissertação, na qual apresento os resultados da pesquisa. Os documentos textuais obtidos também possibilitaram a construção do quadro número 4, também apresentado na quarta seção, que trata sobre os ocupantes de cargos políticos do Brasil, Estado do Pará,

Município Igarapé-Miri e dos diretores ou diretoras da escola Aristóteles Emiliano de Castro no período de 1964 a 1985.

Busquei também boletins escolares das professoras entrevistadas que falarei a seguir quando atuaram como alunas da instituição, mas segundo uma colaboradora não tinha seu boletim, pois quem recebia os mesmos eram seus pais que nunca a entregaram, a segunda alegou que por conta da mudança de residência perdeu esse documento e a terceira, por questões de saúde e internação não podia mais receber visitantes.

Outro documento textual utilizado para a construção desse trabalho foi a obra das professoras autoras Crisálida Soares e Cesarina Lobato, “Prismas sobre Educação e Cultura em Igarapé-Miri no século XX”, publicada em 2001 que apresenta dados e informações sobre a escola Aristóteles Emiliano de Castro no período pesquisado.

Ademais, além desses documentos, pesquisei periódicos da época como as Leis Educacionais, tal como a Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, a Lei de Diretrizes e Bases nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 e a Lei de Diretrizes e Bases nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 para buscar compreender a educação repassada no período, apresentada neste trabalho na terceira seção.

Em segundo lugar, os documentos fotográficos utilizados nesta pesquisa foram fornecidos pela Secretaria de Cultura, obtido na obra “Prismas sobre Educação e Cultura em Igarapé-Miri no século XX”, das professoras autoras Crisálida Soares e Cesarina Lobato e, também, imagens por autoria própria, as quais registrei na instituição educacional, pela localização escolar por meio do programa Google Earth³, além de imagens com as professoras entrevistadas, que autorizaram o registro fotográfico para contribuição deste trabalho.

Em terceiro, trabalhei com documentos orais, com base nas evidências orais das professoras mirienses, as senhoras Benedita Miranda dos Santos, Osvaldina Quaresma de Melo e Áurea Maria Pinheiro Rodrigues, que atuaram na escola Aristóteles como educadoras e como alunas no período estudado e as informações das professoras serão apresentadas posteriormente ainda nesta seção.

³ Programa computacional que apresenta uma representação 3D de lugares e localização com base nas imagens fornecidas por satélite.

Antes disso, é importante ressaltar que a fonte oral determinante dos depoimentos orais, para a construção deste trabalho, são os instrumentos principais para aprofundar as informações sobre o tema abordado. A história oral é entendida nesta pesquisa como uma forma de recuperação e preservação da memória que “abre portas” para diálogos com sujeitos, os quais desempenharam um papel significativo na sociedade, tal como as professoras que busquei entrevistar, pois apresentam em sua trajetória de vida relatos de uma história de mulheres educadoras que resgatei.

Logo, a memória se torna o fator crucial para elaboração da pesquisa oral, pois são elas que armazenam informações obtidas através das experiências que indivíduos viveram ou ouviram. Segundo Le Goff (2013, p.387):

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.

Com isso, sendo capaz de adquirir uma nova concepção do que se passou em um determinado momento da vida. Entretanto, ao atuar no campo das histórias orais nos deparamos com a complexidade na comprovação dos argumentos transmitidos com base na memória. Isso porque, para Ferreira (2002, p. 321):

a história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente.

Do mesmo modo, Pollack (1989) alega dizendo que a história de vida, ou um resumo de uma história individual, colhida por meio da entrevista oral, pode ser apresentada de diversas formas em função do contexto que está sendo relatada.

Desse modo, a memória torna-se flexível ao se tratar de influências no presente, na voz das pessoas que falam do passado, logo, uma pessoa pode utilizar aspectos presentes e não relatar com total veracidade. E por conta disso, durante muito tempo a história oral foi marginalizada até mesmo pelos próprios historiadores, conseguindo, somente nos últimos anos, ter concebido maior valorização, devido principalmente a sua interdisciplinaridade com outras áreas humanas, em principal a Antropologia.

A antropologia que visa o estudo do relativismo cultural⁴, tornou-se essencial para a prática de pesquisa histórica, implicando em métodos de coleta de dados e

⁴ O relativismo cultural é uma corrente de pensamento antropológico que busca entender os valores culturais de uma sociedade a partir dos padrões vigentes neste grupo social. Se opondo à

análises com influência da pesquisa etnográfica⁵. Dessa forma, a oralidade é bastante comum nessa área, em busca de conhecer as tradições, rituais, crenças e costumes de diversos povos. Esse método tornou-se fundamental para se entender as representatividades. Segundo Santos (2010), esse diálogo histórico-antropológico contribuiu para uma maior valorização das percepções sociais acerca da trajetória humana, contribuindo, assim, com o fortalecimento da identidade local, dando mais voz para as pessoas contarem seus relatos, enaltecendo a oralidade e os estudos voltados para esse ramo.

Entre eles temos Halbwachs (ano), que se aprofundou a respeito da memória coletiva, compreendida como um processo de reconstrução do passado e experimentado por um determinado grupo social. E Paul Zumthor (ano), que estudou a memória, assim como conceitos voltados à oralidade, voz e tradição, assim como muitos outros intelectuais que buscaram trazer maior visibilidade e importância à história oral.

Le Goff (2013, p.435) foi um historiador que se dedicou a valorizar a memória como instrumento funcional para adequação de conhecimento histórico em um período em que ela era marginalizada. Segundo ele

A evolução das sociedades, na segunda metade do século XX, elucida a importância do papel que a memória coletiva desempenha. Exorbitando a história como ciência e como público, ao mesmo tempo a montante, enquanto reservatório (móvel) da história, rico em arquivos e em documentos/monumentos, e aval, eco sonoro (e vivo) do trabalho histórico, a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todas, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção.

No entanto, como dito anteriormente, a memória não é precisa e pode ser modificada, seja em casos propositais devido à influência do presente, mas também em outros com base no esquecimento. A esse respeito, Zumthor (1997, p. 20) alega que mesmo que a memória e o esquecimento sejam opostos, elas “são instrumentos conjuntos e indissociáveis de toda ação, pondo em obra um ou outro dos valores

categorização de culturas como “superior” ou “inferior”. Nesse sentido, define que cada grupo social possui uma cultura específica que só pode ser analisada a partir de seus próprios valores.

⁵ A pesquisa etnográfica é uma metodologia voltada às ciências humanas e sociais, principalmente na Antropologia, que visa estudar a cultura e o comportamento de determinados grupos sociais com base em técnicas diferenciadas que podem ser aplicadas dependendo do interesse do pesquisador.

assim designados". Sendo assim, diferentes em seus conceitos, mas ligados por caminharem juntos na medida do tempo, pois um não existe sem o outro.

Para tanto, sendo a memória flexível e muitas vezes “caída no esquecimento”, é importante que se tenha uma memória benéfica a todos. Segundo Halbwachs (2004), ela não é compreendida e repassada somente à base de testemunhos. É necessário que os entrevistados tenham plena concordância de sua veracidade e que haja pontos de ligação de uma memória com as outras, para que assim uma lembrança seja reconstruída por meio de uma base comum.

Com isso, trabalhei de acordo com o que Halbwachs acredita, utilizando sua perspectiva de memória coletiva como suporte para uma reconstrução e elaboração da História da Educação das mulheres no município de Igarapé-Miri na escola Aristóteles Emiliano de Castro, durante o período delimitado (qual? Especifique).

Desse modo, busquei trabalhar com fontes orais, tanto para adentrar em conhecimentos específicos de personagens, que vivenciaram a época mencionada e estudaram na instituição de ensino, como também promover maior valorização da oralidade.

É evidente que para a realização da entrevista utilizei gravador de voz, para efetuar um registro de depoimentos. Contudo, a gravação não exerce total compreensão da entrevista. Desse modo, o “caderno de campo” é indispensável para que possa servir como material de apoio para o roteiro da entrevista, anotações das observações, tais como local da entrevista, horário, reações significativas do sujeito interrogado e demais observações consideradas pertinentes. E por fim, a transcrição da entrevista que deve seguir logo após a gravação, para que auxilie tanto na preservação do conteúdo como também para facilitar a consulta e análise do material criado (VIERA, 1992).

Diante disso, todas essas três fontes históricas que delimito trabalhar se fizeram importantes para reconstruir, provar ou comprovar cientificamente os acontecimentos previstos no resultado dessa pesquisa.

Para maiores esclarecimentos a respeito da pesquisa apresento em subseções o lócus da pesquisa frisando mencionar a composição estrutural e educativa da escola Aristóteles Emiliano de Castro. No entanto, antes de mencionar essa composição é necessário adentrar a princípio na configuração do município de Igarapé-Miri, nessa

época pesquisada, para ter uma melhor compreensão da conjuntura política, social e educacional que Igarapé-Miri vivenciava.

Dessa forma, a primeira subseção apresenta, em primeiro aspecto, a historicidade e informação no sentido geográfico do Município de Igarapé-Miri para posteriormente adentrar na Instituição Educativa e exibir as definições educativas, desde sua inauguração até o fim do período militar, identificando seus personagens históricos, analisando os dados obtidos durante a pesquisa com as finalidades de compreender as consideráveis perspectivas da época, analisar as práticas pedagógicas utilizadas, compreender o sistema educacional e a relação dessa instituição de ensino com a sociedade miriense na época mencionada.

2.1 Igarapé-Miri e a escola Aristóteles Emiliano de Castro

O local escolhido para esta pesquisa fica localizado na cidade de Igarapé-Miri em uma escola renomada chamada Aristóteles Emiliano de Castro. Em vista disso, busquei brevemente transitar no decorrer deste trabalho os espaços mencionados, apresentando primeiramente o município e em seguida a Instituição de Ensino, onde

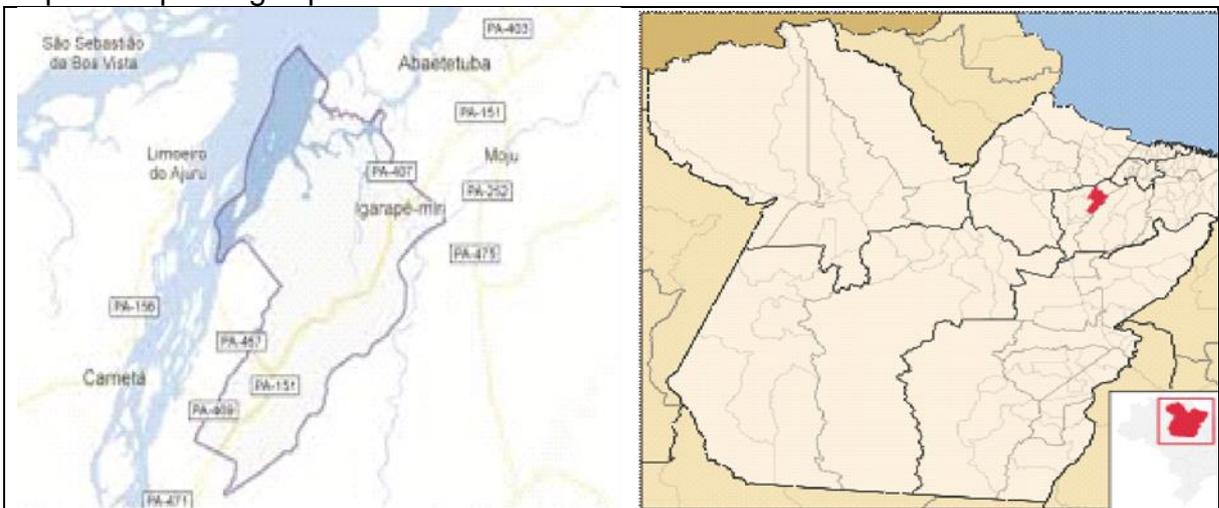
Procurei investigar o ensino de três mulheres do município no período de 1960 a 1985, com a finalidade de compreensão do passado, por meio da questão problema: quais as possíveis resistências das professoras no município de Igarapé-Miri durante os anos de 1960 a 1985?

Sendo, Igarapé-Miri situado no nordeste do Estado do Pará, pertencente à Mesorregião do nordeste paraense e a microrregião do município de Cametá, no baixo Tocantins, localizado a uma distância de 100 quilômetros da capital do Pará, cidade de Belém. Possuindo as seguintes coordenadas geográficas 01° 58' 30" de Latitude e 48°57'35" de Longitude, de acordo com informações coletadas junto ao IBGE (2010). Hoje, acredita-se que o município já ultrapassou 60 mil habitantes, pois, de acordo com as pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 01 de julho de 2010, a população miriense estimada era de 59.346 mil habitantes.

Outros aspetos geográficos do município refletem a área territorial que contém 2.000,7 km quadrados, conforme registro contido na sinopse do Censo Demográfico do ano 2000, publicado pelo IBGE. Ademais, os atuais limites do município de Igarapé-Miri, de acordo com a Lei nº158 de 31 de dezembro de 1948 publicada no Diário Oficial do Estado do Pará de 16 de fevereiro de 1949 são os seguintes: com o município de

Cametá, começa na foz do igarapé Murititeua no rio Tambaí, segue por este até as suas nascentes, desta alcança por uma reta as nascentes do rio Cají, que segue até a sua confluência com o rio Caruçaua, desta confluência alcança por um álveo dos rios Japiim e Pindobal-Miri até a foz deste último no rio Pindobal, pelo alvo do qual continua até a sua foz no rio Tocantins desce pelo álveo deste até a foz do furo Maúba, deixando para Igarapé-Miri do percurso a margem direita do Rio Tocantins com as Ilhas: Cuecão, Cuequinha, Cipateua , Coivara do Segredo do Batuque, Serraria Grande, Providência ,Jacaminhoca, Mata Forte e Raza⁶ (LOBATO, 2000). Já com o município de Abaetetuba, os limites começam no Rio Tocantins na foz do furo Maúba, segue por este até a foz do Panacauera pelo qual continua até sair no furo Itaboca, segue pelo furo Itaboca até o furo do Pinheiro e por este ao furo Tucumanduba, continua pelo álveo do furo Ttucumanduba e pelo furo Camarãoquara pelo qual segue o rio até sair do rio Meruú, atravessa o rio Meruú para a foz do furo ou rio do Inferno e vai por este até o rio Itamimbuca pelo Álveo do qual sobe até as suas nascentes, destas alcança por uma reta as nascentes do rio Mocajuba.

Mapa 1: Mapa de Igarapé-Miri



FONTE: <https://www.google.com/search?ei=lvfZXJfeFLbA5OUPi-ieyAs&q=mapa+de+igarapé-miri+> acessado em 12/03/2022

O mapa número 1, dividido em duas imagens, apresenta do lado direito o mapa local da cidade de Igarapé-Miri e os Municípios arredores de sua proximidade, que fazem fronteira com Igarapé-Miri, sendo eles: Abaetetuba, Moju, Limoeiro do Ajurú e Cametá. Do lado esquerdo da imagem apresenta-se a dimensão do Município de

⁶ Raza é uma especie de paneiro.

Igarapé-Miri dentro do mapa que reflete todo o Estado do Pará. Tratando um pouco sobre a historicidade do Município de Igarapé-Miri, segundo Pinheiro (2020), essas terras, antes da invasão portuguesa, pertenciam a populações indígenas que por serem nômades se deslocavam constantemente pela região em busca de recursos para sua subsistência. Com a chegada dos portugueses, esses povos nativos ficaram sob a tutela da Igreja católica e posteriormente do Estado Português, quando passaram a ser inseridos no projeto colonizador que também estava ocorrendo no restante do Brasil, sendo que os indígenas serviram como mão de obra barata, extraíam recursos da floresta, utilizados para enriquecer a metrópole portuguesa que dominou a região.

Para Pinheiro (2020, p. 29): “devido esta região ser banhada por rios e ter possibilidade de transporte, assim como abundância de árvores nobres e mão de obra indígena, foi escolhida para sediar uma fábrica nacional ou real.”

Nas crônicas do tenente-coronel Agostinho Monteiro Gonçalves (1899) apresenta-se como fundamento histórico a construção dessa fábrica. Uma fábrica de madeira e um depósito nacional para aparelhamento e extração de madeira de construção, exportadas do município para Belém que durante o reinado de D. João V, as terras estendiam-se desde a margem do Rio Santana de Igarapé-Miri, pelo centro, até do Rio Itamimbuca (LOBATO, 2000).

Para Lobato (2000) o início da criação da cidade teve início com a doação da Sesmaria⁷ dessa região para João Melo Gusmão, em 1714, por D. João V em 20 de janeiro de 1714. Tendo a carta de doação assinada a 4 anos anteriores, em 10 de outubro de 1710 (PINHEIRO, 2020).

Gusmão era um homem que nunca tinha vindo à localidade e ficou responsável pelas terras da fábrica real de madeira de Igarapé-Miri. No entanto, ao ter que indenizar colonos ocupantes, Gusmão teve que vender algumas de suas terras para grande parte de posseiros. E o local onde ficava a Fábrica de madeira foi vendida ao português agricultor e comerciante Valério Monteiro, o qual se casou com Ana Gonçalves de Oliveira, serva devota de Sant’Ana e trouxe essa devoção para a localidade. Em vista disso, seu marido mandou construir para ela a primeira Capela de Sant’Ana do município, em que realizava grandes festejos. Em 1730, sucedeu-o

⁷ Sesmaria eram doações de terras feitas pela coroa portuguesa aos colonos durante o processo de ocupação da América portuguesa.

na posse da capela, engenho, casas da fábrica e de moradia para João Paulo de Sarges Barros, que prosperou, também, com a produção de melaço, açúcar, aguardente e tecidos de algodão (LOBATO, 2000).

Assim, Sarges Barros reconstrói a Igreja Santana do Igarapé-Miri e entrega ao bispo Frei Miguel de Bulhões que, em 1752, transformou-a em paróquia, cujo patrimônio foi constituído dois anos depois, sendo o primeiro vigário o Padre João Sarges de Barros. Igarapé-Miri passou a ser conhecido como Freguesia de Nossa Senhora Santana, concorrendo para o desenvolvimento e a existência de um furo. Este furo, na época das águas vivas, permitia a passagem de barcos até 4.000 arrobas, constituindo assim ponto de parada para as embarcações que demandam à cidade de Belém (LOBATO, 2000).

Essa região foi considerada um distrito, criado com a denominação de “Santana do Igarapé-Miri”, em 1758, subordinado ao município de Belém. Elevado posteriormente à categoria de vila ainda com a denominação de “Santana do Igarapé-Miri”, pela lei provincial nº 113, de 16 de outubro de 1843, desmembrado de Belém. Em 1843, essa região adquiriu a categoria de vila e de município, sendo instalado em 1845.

Segundo Lobato (2000), Igarapé-Miri foi somente elevado à categoria de cidade, pela Lei Estadual nº 438, em 23 de maio de 1896. Entretanto, em 1930 foi extinto ficando seu território incorporado ao de Abaeté. A restauração ocorreu no mesmo ano.

Igarapé-Miri, seu nome origina do Tupi-guarani e significa “Caminho de Canoa Pequena” ou “Pequeno Caminho da Canoa” fazendo alusão aos inúmeros braços de rios que recortam o município, como apresentado na figura 1:

Figura 1 - Rio Canal de Igarapé-Miri/PA



FONTE: Acervo da Secretaria de Cultura do Estado do Pará.

No município predominam as “Populações Tradicionais”, ribeirinhas de economia extrativista, pequenos produtores, trabalhadores rurais e pescadores; também como as “Populações Urbanas”, que são na sua maioria oriunda da zona rural, -as quais, devido ao êxito rural começaram a mudar para o centro urbano do município, em busca de melhores condições de educação e saúde. Essas populações passam por um processo de enculturação muito forte por estarem mais próximos do grande centro urbano do estado, em especial os jovens são mais envolvidos nesse processo. O município tem sua base econômica e social assentada nas atividades de comércio e agricultura, especialmente na Agricultura Familiar e no extrativismo do açaí (LOBATO, 2000)

Figura 2 - Cidade de Igarapé-Miri (Localizada no Nordeste do Estado do Pará, às Margens do Rio Igarapé-Miri, Banhada Pelo Rio Tocantins)



FONTE: Retirada do acervo da Secretaria de Cultura do Estado do Pará.

Na figura dois se tem as margens da cidade atual de Igarapé-Miri, cercada por rios que conduzem as populações, as quais transitam por canoas e navios. Como também apresenta a Igreja Matriz de Sant'Ana presente desde a devoção trazida por Ana Gonçalves de Oliveira, como já mencionado ao tratar da historicidade do município.

No cenário econômico, Igarapé-Miri passou por várias fases. Primeiramente foi uma grande exportadora de madeira nativa para a Capital Belém, exportação esta que foi prejudicada pelo transporte fluvial, que durava aproximadamente três dias. Motivo esse que fez com que Sebastião Freire da Fonseca, conhecido como Carambolas, o herdeiro das terras de Portugal, examinasse suas terras e descobrisse que, entre os rios Santana de Igarapé-Miri e o Rio Moju, havia uma faixa de terra com menos de um quilômetro. Carambolas teve a ideia de construir um canal nessa faixa de terra, escavado pelos índios e escravos facilitando, assim, o transporte mais rápido para exportação (LOBATO, 2000).

Outra fonte de renda do Município de Igarapé-Miri foi à cana-de-açúcar trazida por um cidadão que tinha como pseudônimo Pernambuco. Tendo sido primeiramente plantada no Rio Anapu e expandindo-se para toda região. Pernambuco, além de plantar, instalou um pequeno engenho movido à água, e com o passar dos anos chegaram os engenhos movidos a vapor da Inglaterra. Nesse ínterim, a cana-de-

açúcar em Igarapé-Miri passou a ser fonte de renda do Município e os senhores de engenho não se limitaram a produzir só cachaça.

De acordo com Pinto (2021, p.19) “com o passar dos anos o que parecia ser uma economia forte, deu lugar ao fracasso. Dos engenhos de aguardente, que chegaram a somar quarenta e oito, atualmente não existe um sequer para contar a história de um período promissor”.

No entanto, um grupo de agricultores não conformados com o desencadeamento do extremismo do açúcar, buscaram fomentar uma agricultura alternativa com o cultivo do açaí que servia como complemento alimentar, além do cultivo de outros produtos agrícolas que foram comercializados (PINTO, 2021).

Com isso, atualmente as atividades econômicas estão voltadas para o funcionalismo público municipal, o comércio em geral e o extrativismo do açaí, cultivo de culturas de subsistência como: milho, arroz, mandioca (em maior escala), além do coco, laranja, cupuaçu, pimenta do reino, cacau, além disso, a economia do município gira em torno de uma reduzida atividade pecuária, na criação de aves e pequenos animais domésticos.

Porém, no município o açaí ganhou um olhar diferenciado, pois se tornou uma grande fonte de renda e geração de emprego para os pequenos e grandes proprietários de terra, fazendo crescer a economia do município e é do plantio do açaí, durante a safra, nos meses de agosto a janeiro, que muitos produtores vendem para a exportação grandes quantidades, mas que não chega a ser por um preço alto. Com esses trabalhos, o município não chega a arrecadar muitos impostos para que haja um maior investimento na cidade, principalmente na educação, saúde e, até mesmo, em projetos para garantir a segurança de muitos menores que trabalham nesta época de safra no meio rural.

Com o plantio, manejo, oportunidades de trabalho, criação de fábricas e com o desenvolvimento econômico pelo açaí, a cidade de Igarapé-Miri ficou popularmente conhecida como “Terra do Açaí”, por ser o maior produtor mundial de produção que são exportadas para seus arredores e até mesmo para outros países como Alemanha e Estados Unidos (PINTO, 2021)

Quanto aos aspectos educacionais, de acordo com os dados do Censo Escolar (2020), o município possui 139 escolas, das quais 19 estão localizadas na Sede do município e 120 no Campo. E, nos demais distritos, onde se encontram matriculadas um total de 22.280 alunos, assim distribuídos: na Educação Infantil 3.906 alunos, no

Ensino Fundamental das séries iniciais 10.532 alunos, no Ensino Fundamental, de 6º aos 9º anos, 4.660 alunos e na Educação de Jovens e Adultos (EJA) 3.182 alunos.

Quanto a defasagem educacional de contingente expressivo da população decorre de fatores tais como a falta de uma política educacional de combate à evasão escolar, causado por circunstâncias desfavoráveis no processo de escolarização e/ou problemas socioeconômicos diversos, que se refletem no aparecimento de uma massa de jovens e adultos, os quais - demandam formas alternativas de estudos para suprir suas necessidades educacionais.

Igarapé-Miri é uma cidade que cresceu e contém uma grande história, construída por gerações, tradições, assim como Pinheiro (2020, p.13) aponta:

Foi navegando com dificuldades pelos tortuosos e pequenos caminhos percorridos por pequenas embarcações indígenas (canoas) que a localidade foi ganhando espaço no cenário amazônico: foi de fábrica de madeira à cidade, guiada pelo badalar dos sinos da Igreja Matriz, construída em honra a Sant'Ana, a padroeira do município. Foi guiada pela devoção, pelos sonhos, pela força, pela raça, pelos desafios, pelas dificuldades que superou obstáculos e se constituiu hoje a Capital Mundial do Açaí.

Desse modo, a decisão de realizar essa pesquisa no município de Igarapé-Miri reflete a minha permanência, enquanto pesquisadora, na localidade e como moradora que anseia por novos estudos e escritos históricos locais, tendo em vista a carência de estudos sobre as mulheres mirienses.

Ademais, a instituição escolar, Aristóteles Emiliano de Castro, escolhida para a pesquisa estabelece em sua conjuntura variedade de documentações, séries de eventos factuais e históricos, assim como, pelo fato que, nesta instituição educativa no final do XX, trabalharam as expectativas da conduta feminina, as doutrinações religiosas impostas pela Igreja Católica e da ditadura civil-militar, fatos que fizeram com que as mulheres professoras sentissem a necessidade de se instruírem cada vez mais, onde a educação passou a ser o principal anseio das mulheres ginasianas mirienses para o caminho da sua liberação de uma educação alienada, imposta pela sociedade moralizadora. Essas mulheres viam saída na educação, para que seus direitos de exercerem a profissão fossem valorizados, visando romper com os mecanismos de subordinação feminina.

Para tanto, ressalta-se que as personagens desta dissertação são professoras, por isso será usado o pronome feminino, permitindo outros pesquisadores analisarem

e investigarem a educação feminina ginasiana. É a segunda vez que faço pesquisa nessa instituição de ensino devido a essa ampla viabilidade da consulta estabelecida.

Mapa 2 - Localização da Escola Aristóteles Emiliano de Castro



FONTE: Google Earth/2019

O mapa número 2 apresenta a localização via satélite da Escola Municipal de Ensino Fundamental Aristóteles Emiliano de Castro na cidade de Igarapé- Miri/PA, na Rua Major Lira Lobato, nº19, presente no mesmo local desde sua inauguração até a atualidade.

Para início de pesquisa busquei trabalhar com documentos fornecidos pela escola Aristóteles Emiliano de Castro, a qual foi fundada no dia 22 de abril de 1968, conhecida popularmente como “Ginásio”. O apelido tem origem com base na Lei de Diretrizes e Bases de 1961, que regulamentou o ensino secundário composto por dois ciclos, o ginasial com quatro anos de duração e o colegial com duração de no mínimo três anos, incluindo os cursos normal e técnico, bem como toda a estrutura da antiga educação média. O corpo docente e técnico da escola iniciou suas atividades seguindo essa estrutura, mesmo após a Lei de Diretrizes de Bases de 1971 ter mudado as nomenclaturas, a escola continuou sendo chamada de “Ginásio” até atualmente.

É importante apresentar a escola e sua importância no município. No município de Igarapé-Miri, até o final da década de 1960, só tinham escolas com primeiro grau

do ensino primário, com isso, muitas famílias, com um poder aquisitivo considerável, encaminhavam seus filhos às cidades vizinhas, onde existiam outros níveis de ensino, enquanto quem não possuía condições financeiras para estudar em outro município não prosseguia nos estudos.

Vale ressaltar que, com o Golpe Militar de 1964 houve mudanças na legislação do ensino, ajustando a educação brasileira ao novo regime. Com isso, criou-se a Lei nº 5.692/71, que reestruturou os ensinos primário e médio para 1º e 2º Graus, acabando as Escolas Normais. Em seu lugar foi colocada uma habilitação para o 2º Grau que permitia o exercício do magistério e o 1º Grau foi dividida em duas categorias básicas: a primeira, com duração de quatro anos, possibilitava ao professor ministrar aulas para alunos até a 4ª série; a secundária, com duração de quatro anos, habilitava o professor a ministrar aulas até a 8ª série do 1º Grau.

Por esta razão havia uma grande necessidade de um projeto que pudesse criar uma escola de nível de 1º Grau secundária, a fim de dar oportunidades a todos os jovens mirienses que estavam em período de escolarização. Trata-se de um projeto de construção coletiva impulsionado pelos jovens que terminaram o ensino primário, o que teve a frente a jovem Crisálida Pantoja Soares, a qual trabalhava como Contadora Judicial de Igarapé-Miri, assim como Pelo fato de a jovem ter cursado primário muito cedo, sentia-se desatualizada sobre os conhecimentos gramaticais, principalmente a respeito da acentuação gráfica, uma vez que trabalhava no cartório ao lado da Dr. Carmem Leão Sanches, promotora da comarca Miriense, que tinha vindo da capital do Estado, pessoa com bastante conhecimento, visto que em seus despachos processuais dependiam da gramática para se obter uma escrita de qualidade (SOARES, 2001).

O projeto da escola Estadual Aristóteles Emiliano de Castro nasceu na gestão do prefeito Alberone Lobato, devido à luta de jovens, que tinham a frente duas jovens filhas de pais pobres, os quais não tinham condições de mandar educar suas meninas na capital do estado, Crisálida e Cesarina que pretendiam estudar o ginásio em sua localidade (SOARES, 2001).

Soares (2001) afirma que o prefeito Alberone Lobato foi um excelente administrador, preocupado em trabalhar em prol de uma boa administração, principalmente em relação a educação do povo miriense. Assim, em sua gestão construiu várias escolas, entre elas foi construída a Escola Primária Municipal denominada Ruth Passarinho, com três salas de aula, transformada e, em seguida,

denominada Ginásio Municipal Aristóteles Emiliano de Castro, que posteriormente passou a ser atendida pelo estado com a denominação de Ginásio Estadual de 1º grau Aristóteles Emiliano de Castro e, nos dias atuais, com a municipalização do estado, a instituição educativa passou a ser chamada de Escola Municipal e Ensino Fundamental Aristóteles Emiliano de Castro. Conforme figura 3:

Figura 3 Escola Municipal Ruth Passarinho Construída em sua Administração - Hoje Servindo como Ginásio - Aristóteles Emiliano de Castro 63 – 67.



FONTE: Escola Primária Municipal denominada Ruth Passarinho, com três salas de aula Acervo da Secretaria da Escola Aristóteles Emiliano de Castro (Acervo Histórico Miriense).

A figura 3 apresenta a imagem da antiga instituição que deixaria de ser chamada de Ruth Passarinho e passaria a ser chamar Aristóteles Emiliano de Castro em homenagem a um morador de igarapé-miriense, professor que fez muito pela educação miriense e que estava morando em Belém, o qual se associou ao seu irmão Manoel Antônio de Castro para criarem o Colégio Pará-Amazonas.

Foi no governo do prefeito Braulino Martins que solicitou às jovens Crisálida e Cesarina algo escrito para iniciar as atividades na escola. Assim elas montaram um quadro funcional e apresentaram ao prefeito Braulino Martins, isso após terem feito os primeiros contatos com os futuros professores e recebido como resposta sim.

O quadro funcional estava pronto e foi entregue ao Prefeito, no dia 22 de abril de 1968 foi inaugurado o Ginásio Estadual Aristóteles Emiliano de Castro. Segundo Soares (2001) estava autorizado pela Fundação Educacional do Estado do Pará - FEPEP a funcionar a título “precário” à luz da Lei de Diretrizes e Bases 4.024/1961.

Assim, os concluintes do 4º ano primário conforme o Decreto-Lei 8529/46 e Lei 4024/1961 agora já tinham onde continuar seus estudos em nível ginasial. A

população já podia confiar em algo concreto para melhorar seus conhecimentos e se sentir mais preparada para o desempenho de suas funções (SOARES, 2001).

Sendo graças à ação de duas mulheres, Crisálida e Cesarina, a escola Aristóteles Emiliano de Castro foi a primeira de segundo segmento de 1º grau em Igarapé-Miri. Ambas, juntamente com auxílio dos prefeitos – inicialmente Alberone Lobato e posteriormente Braulino Martins –, contribuíram para o acesso de milhares de educandos, principalmente os de famílias carentes e de baixa renda, a continuarem os estudos na cidade. Dessa forma, evitando o aumento do índice de evasão escolar que era considerado alto na época. A figura 4 mostra a primeira turma de concluintes do ginásio, no ano de 1972

Figura 4 - Fotografia da Primeira Turma de alguns Concluintes do Ginásio



FONTE: Primeira Turma de Alguns Concluintes do Ginásio com um baile de formatura na barraca de Nossa Senhora Santana na cidade Igarapé-Miri (SOARES, Crisálida Pantoja & LOBATO, Cesarina Corrêa. Prismas sobre Educação e Cultura em Igarapé-Miri no século XX. Imprensa Oficial do Estado do Pará 2001).

Vale ressaltar que as autoras do “Livro Prisma”, as professoras Crisálida e Cesarina foram as primeiras alunas a se matricularem no ginásio, cursaram os quatro anos junto com outros jovens da época, as quais fizeram parte da primeira turma de concluintes do curso ginásial, cuja conclusão foi muito comemorada, com missa em ação de graças, coquetel no salão nobre da prefeitura e baile (SOARES, 2001).

2.2 As professoras entrevistadas

Além das cadernetas analisadas na escola foram entrevistadas três ex-professoras que atuaram durante o período estabelecido, as quais apresentaram seus

depoimentos acerca das aulas e mostraram suas posturas como mulheres diante das condutas e critérios que eram implementados a elas no período estudado.

Apresento algumas fotos de autoria própria com as professoras entrevistadas, que autorizaram tanto a entrevista como a divulgação de suas imagens para pesquisa:

Figura 5 - Fotografia Com a entrevistada Benedita Santos (10/04/2021).



FONTE: registro próprio (2021).

A figura 5 apresenta uma fotografia feita com a professora entrevista Benedita Miranda dos Santos, conhecida socialmente como “Benoca”, uma mulher negra partidária dos trabalhadores (PT), professora efetivada do município, considerada como uma figura notável da cultura miriense, participou da luta dos trabalhadores em favor da educação. Estudou na segunda fase do ensino primário (ginasial), na primeira turma da escola Aristóteles Emiliano de Castro, voltando em 1981 a trabalhar na localidade como professora de Religião e Geografia e, em 1983, também de História. Recentemente ganhou o título de “Mestra da Cultura popular de Igarapé-Miri” juntamente com outros professores homenageados com destaque no ramo da cultura e educação em evento feito na Universidade do Estado do Pará na 20ª Semana Nacional de Museus ocorrida em 19 de maio de 2022.

Figura 6 - Fotografia com a entrevistada Osvaldina Melo (24/06/2021).



FONTE: registro próprio (2021).

Na Figura 6 pode-se observar uma fotografia feita com a professora Osvaldina Quaresma de Melo dentro da secretaria da escola Aristóteles Emiliano de Castro. A professora começou como aluna da escola Aristóteles Emiliano de Castro, passando posteriormente a ser professora em várias disciplinas. Foi vice-diretora na instituição de janeiro de 2019 até dezembro de 2022, possibilitando as documentações necessárias da escola para a efetivação desta pesquisa. Hoje a educadora é considerada como uma das maiores representantes da educação no “Ginásio” e dentro do município de Igarapé-Miri.

Figura 7- Fotografia com a entrevistada Áurea Maria Rodrigues (25/10/2021)



FONTE: registro próprio (2021).

Na figura 7 pode-se observar uma foto feita com a professora Áurea Maria Pinheiro Rodrigues. Uma figura feminina muito conhecida no município de Igarapé-Miri, trabalhou em 1978 como professora, quando tinha 26 anos, mas atuou lutando pela educação desde muito cedo, juntamente ao lado de outros alunos e professores que buscavam melhorias educacionais. Sofreu preconceito por ser uma professora, mãe solteira e atuou como docente na escola Aristóteles Emiliano de Castro no período estudado.

3 HISTÓRIAS DA EDUCAÇÃO FEMININA NO BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XX

A presente seção visa discutir a história da educação feminina no Brasil feminina no final do século XX, fazendo um breve relato da inserção da mulher, conforme a seu advento como agente educadora na instituição pública de ensino. Dentro deste contexto, destaca-se a implementação de novas ideias educacionais, com destaque para os métodos de ensino: “mútuo” ou “sistema lancasteriano”, “intuitivo” e “pedagógico” influenciados pelas ideias das escolas novistas, que visavam organizar e controlar o ambiente educativo.

Essa influência da Escola Nova ocorria desde a década de 1920, no Brasil, tendo como meta a superação da figura de um elemento nacional fraco, representado por “Jeca-Tatu”, personagem de Monteiro Lobato:

Como se daria isso? A Escola Nova seria a pedagogia adequada para promover a superação do elemento nacional fraco, doente e amorfo – que Monteiro Lobato sintetizava na figura de Jeca-Tatu –, porque proporcionava práticas de higienização (da saúde), de racionalização (do trabalho) e de nacionalização (dos valores morais e cívicos) (HISDORF, 2003, p. 83).

No caso das mulheres, a proposta moderna era de uma educação feminina, colocando mulheres em posições de trabalho antes só exercidas por homens e também em ocupações novas, mas com o cuidado de permanecerem com as ocupações ligadas ao lar.

A seguir serão desenvolvidas resenhas para caracterizar as duas mais importantes legislações educacionais em vigor no período da ditadura civil-militar de 1964: a LDB de 1961 e a LDB de 1971.

3.1 A LDB de 1961

Para compreender como era a educação feminina no final do século XX no Brasil e em Igarapé-Miri na Instituição Aristóteles Emiliano de Castro, é importante primeiro entender qual era contexto histórico educacional daquele período, quando, os homens tinham privilégios na área educacional, pois eram considerados como melhores “líderes” e frequentemente ascendiam a outros cargos – como a de diretor, inspetor ou outras funções técnicas e administrativas, da Escola Normal –,

abandonando o “espaço feminino” exclusivo da sala de aula (DEMARTINI e ANTUNES, 1993).

O golpe civil-militar do Estado de 1964 veio aprofundar o sistema autoritário e machista no sistema educacional da sociedade brasileira. As mudanças aconteceram de maneira gradativa na legislação educacional do país, visando satisfazer aos objetivos daqueles que estavam no poder, propondo adequações que deveriam ser feitas tanto no currículo escolar como na própria instituição.

Nos termos de Freitag:

A política educacional do governo militar reformulou toda a legislação educacional brasileira (nos três níveis de ensino), introduziu o planejamento escolar (apresentando planos decenais, trienais e setoriais) para obter resultados imediatos e eficazes com relação as novidades sugeridas e interferiu diretamente no funcionamento do sistema educacional brasileiro, desconstruindo-o e reconstruindo-o em novas bases (FREITAG, 2005, p. 22).

As principais marcas da política educacional são: o desenvolvimentismo, a produtividade, a eficiência e tudo muito controlado com a ameaça da repressão (ROMANELLI, 1986). Desse modo, a interferência dos militares no poder permitiu a ação decisiva para definir o ensino implantado nas salas de aulas, com base nas novas legislações educacionais impostas por eles, permitindo assim, transformações nos diferentes níveis de ensino.

As Leis Diretrizes e bases da Educação Nacional de 1961 e 1971 são exemplos de como a educação estava sendo planejada e estruturada nesse período. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) passou a ser considerada a principal legislação que regulamenta o sistema educacional – público ou privado do Brasil. A primeira LDB foi promulgada no dia 20 de dezembro de 1961 (nº 4024/1961), isto é, antes da ascensão dos militares no poder, a primeira a definir, regularizar e organizar a educação brasileira com base nos princípios presentes na constituição.

Durante o início do governo militar, a LDB 1961 permaneceu oficial durante o mandato dos generais Castelo Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969) e até mesmo no início do governo de Emílio Médice (1969-1974).

Retoma-se então um breve retrospecto dessa LDB.

Em 1948, o Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional, por meio do Ministério da Educação e Saúde Pública, o projeto de lei que resultaria, 13 anos depois, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sob o nº 4.024/61. Com

essa lei, o ensino agrícola, o comercial e o industrial foram incluídos no ensino colegial – atual médio –, deixando de existir a separação entre o ensino secundário e os cursos técnicos profissionalizantes. Essa lei de princípios tecnicistas – ensino fundado na quantidade de conteúdos repassados, na cultura profissional, na ênfase nos meios, no microensino, na máquina de ensinar, no enfoque sistêmico, no tele-ensino, no ensino programado, no ensino à distância (HILSDORF, 2003) – tornou-se a base legal para as ações dos governos militares em relação à educação, abrindo espaço para o avanço do ensino técnico nas instituições públicas de ensino, bem como para o avanço das instituições particulares de ensino em todos os níveis.

As finalidades da educação foram estabelecidas na lei 4.024/61 (BRASIL, 1996, p. 1), tendo por base os princípios de compreensão dos direitos e deveres de liberdade, de respeito à dignidade e liberdade humana, a solidariedade entre as pessoas, a solidariedade nacional, o fortalecimento da unidade nacional, visando promover o desenvolvimento geral da personalidade humana bem como de sua participação na promoção do bem comum, sem a presença de preconceito (BRASIL, 1996).

Segundo Shiroma (2002) A lei trouxe a seguinte estrutura para a educação:

Ensino pré-primário: escolas maternas e os jardins de infância destinados às crianças com até seis anos de idade.

Ensino primário: destinado às crianças com sete ou mais anos de idade, com duração de no mínimo quatro anos.

Ensino secundário: composto por dois ciclos, o ginásial com quatro anos de duração e o colegial com duração de no mínimo três anos, incluindo os cursos normal e técnico, bem como toda a estrutura da antiga educação média.

Ensino superior: nas faculdades e universidades, conglomerado aulas, pesquisa e extensão. Alcançando as graduações e as pós-graduações.

Os movimentos de educação de base, liderados por Paulo Freire e outros educadores, contribuíram para a aprovação da Lei de Diretrizes e Base, em 1961. Surgiu a necessidade de criar um órgão para elaborar resoluções e normatizar o funcionamento educacional em todo o país. Foi, então, criado em 1962, o Conselho Federal de Educação em substituição ao Conselho Nacional de Educação.

A estratégia de conciliação observada na promulgação da lei 4024/1961, na verdade, perdurou por um período pequeno, desde a queda do Estado Novo, traduzido um Brasil de abertura democrática restrita, já que as classes populares

ficaram de fora desse processo e as elites continuaram a dar as cartas em termos de políticas públicas.

Essa lei estabeleceu em seu primeiro artigo:

Art. 1º A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim:

- a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;
- b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;

[...]

- g) a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça (BRASIL, 1961, p. 01).

Esses primeiros itens evidenciam a importância da liberdade e solidariedade humana na educação que é repetido no artigo nº 176 da Constituição de 1969, garantindo ser direito de todos:

Art. 176 – A educação, inspirada no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e solidariedade humana, é direito de todos e dever do Estado e será dada no lar e na escola. [...] (BRASIL, 1969, p.51)

O fato é que no período de 1968 os termos liberdade e solidariedade eram apenas palavras vagas propagadas pela legislação que já não faziam sentido ao contexto político marcado por duros conflitos de oposição. Tudo isso, perceptível pelo desfecho sofrido das instituições de ensino, juntamente com o corpo docente e estudantil durante o regime, como afirma, Nadai (1993, p. 157) ao alegar a experiência tenebrosa que a educação vivenciava: “Escolas fechadas, professores e alunos presos e respondendo a processos crimes foram algumas das formas usuais de tratamento por parte dos novos donos do poder”.

O descaso com a educação foi visível, como demonstra a Valle (2008) em sua obra: “1968: o diálogo é a violência – movimento estudantil e a ditadura militar no Brasil”.

No mesmo dia do golpe – quando o prédio da UNE é depredado, incendiado, destruído – o meio estudantil passa a ser alvo das ações do aparato militar e dos organismos direitistas. Quase todas as entidades estudantis sofreram intervenção, a Universidade de Brasília (UnB) é vítima de sua primeira invasão, acompanhada da prisão indiscriminada tanto de professores quanto de alunos considerados “subversivos” (VALLE, 2008, p. 3).

Constata-se conforme as falas de Valle (2008) que no início do Golpe Militar a educação sofreu grave intervenção. E além do mais, mesmo com a contestação da existência de algum fragmento de livre autonomia no período, o Ato Institucional nº 05, sancionado em 1968 pelo presidente Costa e Silva, acabava com todas as liberdades individuais, tornando a liberdade na legislação uma mera retórica.

Nessa perspectiva, o Ato Institucional número 05 tornou-se o maior símbolo de repressão durante o regime, legalizando a ditadura, proibindo manifestações, legalizando prisões arbitrárias, proibindo o *habeas corpus*, fazendo surgir o "Crime Político", muitos opositores ao regime foram enquadrados. Em virtude disso, o oficial Costa e Silva – que exerceu mandato presidencial de 15 de março de 1967 a 31 de agosto de 1969 – passou a enfrentar uma enorme oposição entre os estudantes que atuavam em direção a violência em busca de uma transformação educacional e da sociedade, enquanto a linha dura empunhava suas armas.

Os principais episódios da luta política em 1968 entre o movimento estudantil e a ditadura civil-militar, tais como: a morte do estudante Edson Luís, a “sexta-feira sangrenta”, “passeata dos cem mil”, as considerações de reformistas, tentativas de diálogos com o governo, a “batalha da Maria Antônia”, o XXX congresso da UNE, entre muitos outros episódios marcados neste ano (VALLE, 2008).

Outro fator que pode ser apontado na LDB de 1961 que atuava em vigor no período militar é a educação como direito a todos:

Art. 2º A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. [...]

Art. 3º O direito à educação é assegurado:

I - Pela obrigação do poder público e pela liberdade de iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus, na forma de lei em vigor (BRASIL, 1961, p.01)

Nesses trechos é explícito claramente o direito educacional estabelecido, mas na prática não era uma realidade, porque como falar de direito de todos sendo que na LDB de 1961 não havia obrigatoriedade do ensino primário? Como evidenciado no artigo 30:

Art. 30. Não poderá exercer função pública, nem ocupar emprego em sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público o pai de família ou responsável por criança em idade escolar sem fazer prova de matrícula desta, em estabelecimento de ensino, ou de que lhe está sendo ministrada educação no lar.

Parágrafo único. Constituem casos de isenção, além de outros previstos em lei:

- a) comprovado estado de pobreza do pai ou responsável;
- b) insuficiência de escolas;
- c) matrícula encerrada;
- d) doença ou anomalia grave da criança (BRASIL, 1961, p. 06)

Assim, é necessário ressaltar as estáticas expostas em 1964, no qual estima-se que 5 milhões de crianças de 7 a 14 anos não estavam escolarizadas, das quais 3,3 milhões nunca haviam frequentado uma escola. E, somente dois terços dessas crianças estão matriculadas nos institutos educacionais do ensino primário (FREITAG,1979). Até mesmo em 1972 – onze anos depois da sancionada LDB, de 1961 –, “ainda faltavam escolas para 4,4 milhões de crianças da faixa de 7-14 anos” (FREITAG,1979, p.106).

Logo, sem obrigatoriedade do ensino primário, uma grande parcela de crianças estava excluída do direito, comprovando que a educação não era para todos.

3.2 A LDB de 1971

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1971 teve-se uma nova organização para a educação básica. As quatro séries do ensino primário juntaram-se às quatro séries do ensino ginásial, com uma duração de oito anos. No entanto, o exame de admissão foi mantido como instrumento de acesso ao ensino ginásial, mesmo que a integração em um único bloco confederasse o ensino secundário, unindo-se ao antigo ensino primário. Com essa lei o sistema educacional se modificou, passando a ter a seguinte estrutura:

Educação Pré-Escolar

Ensino de 1º Grau (com duração de 8 anos)

Ensino 2º Grau (com duração de 3 anos)

A Lei 5.692/1971 estabelecia a obrigatoriedade da formação profissional, mesmo no caso de escolas públicas sem as mínimas condições para atender o ensino profissionalizante. Para isso faltavam as condições materiais e físicas adequadas nos estabelecimentos de ensino e às pessoas especializadas.

A lei de 1971 inclui novas disciplinas em seu currículo. No seu art. 7º define:

Art. 7º Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observado quanto à primeira o disposto no Decreto-Lei n. 369, de 12 de setembro de 1969.

Parágrafo único. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de 1º e 2º graus (BRASIL, 1971, p. 02).

Assim foram incluídas, no currículo escolar da Educação Básica, as disciplinas a seguir: a) Educação Moral e Cívica (EMC)⁸; b) Organização Social e Política do Brasil (OSPB)⁹; e c) Estudos Sociais, que foi incluído em substituição às disciplinas História, Filosofia e Sociologia. No ensino superior, foi introduzida a disciplina de Estudo dos Problemas Brasileiros (EPB).

É importante ressaltar que tanto a disciplina Educação Moral e Cívica (EMC) como a Organização Social e Política Brasileira (OSPB) já haviam sido consideradas obrigatórias no currículo escolar brasileiro a partir de 1969 pelo decreto-lei nº 869, sendo ratificada com a lei nº 5.692 em 1971.

Essas duas disciplinas em particular – EMC E OSPB – foram consideradas os principais símbolos do governo dirigido pelos militares, atuadas em todo campo de ensino em nível municipal, estadual e federal. Elas são abordadas com mais ênfase na quarta seção desta dissertação.

Ademais, com base nas descrições dirigidas dessa lei, os estabelecimentos de ensino particulares, que supostamente tinham a incumbência de preparar a elite para ingressar nas Universidades renomadas, criaram uma forma de burlar a lei em relação à profissionalização: nos seus currículos e programas, estavam presentes todos os elementos exigidos na lei para a chamada profissionalização, no entanto, as unidades de ensino trabalhavam na prática os conteúdos que atendiam às exigências de preparação para a concorrência nos renomados vestibulares e poderiam até criar laboratórios de fachada nas escolas (BARROS, 1999).

Foram privilegiadas, protegidas e subsidiadas as instituições de ensino particulares que estavam alinhadas com as ideologias da ditadura. Respaladas pelas novas leis do ensino, essas instituições formaram grandes grupos empresariais educacionais, reproduzindo a modernização econômica das empresas, que formaram grandes blocos econômicos fortemente associados ao capital externo. As empresas e escolas de pequeno porte em sua maioria entraram em falência.

⁸ Educação Moral e Cívica (EMC) – Foi uma matéria de ensino criada para reforçar o comportamento dos estudantes diante da sociedade.

⁹ Organização Social e Política do Brasil (OSPB) - Foi uma matéria de ensino criada com o intuito de apresentar aos estudantes as instituições da sociedade brasileira, a organização do Estado, a Constituição, os processos democráticos, os direitos políticos e deveres do cidadão.

A Lei 5.692/1971, que estabeleceu, à época, as diretrizes e bases da educação nacional, ajudou a completar as reformas educacionais construídas para ajustar a educação brasileira à política iniciada com o golpe de 1964. A lei, por si só, possuía uma roupagem de vitória, ocultando a intenção de manutenção do *status quo* na esfera educacional, servindo de instrumento de propaganda do modelo socioeconômico dos militares. Diferentemente da antiga LDB/61, havia uma presença marcante do tecnicismo como base estrutural da organização das escolas no Brasil (DIAS, 2014).

A preocupação está voltada ao aperfeiçoamento técnico, aos aspectos quantitativos, à formação profissional, adaptando-se às necessidades e demandas da produção industrial. Aliás, o aspecto da profissionalização é marcante na referida lei. A ideia era estabelecer uma interação direta entre formação educacional e mercado de trabalho para o futuro profissional.

Assim como aconteceu com a Lei 5.540/1968, a LDB/1971 teve uma preocupação explícita com o comportamento dos alunos, de modo a introduzir de forma obrigatória as disciplinas de Educação Moral e Cívica e Educação Física, como tentativa de moldar o corpo e a mente dos estudantes.

Talvez a mudança considerada mais importante tenha sido a ampliação da obrigatoriedade escolar para oito anos, unindo os antigos cursos primário e ginásial, que passaram a compor o ensino de 1º grau.

Em virtude dessas leis estabelecidas e do período mencionado a educação acentuou as mazelas existentes de opressão e desigualdade educacional de classes sociais, acrescentando que com a questão de gênero esses fatores não foram diferentes.

Vale salientar que, na segunda metade do século XX, a presença das mulheres cresceu na educação, tanto como força de trabalho, quanto na participação em todos os níveis de formação.

Assim, dependendo da condição social de algumas moças na escola, elas poderiam se dedicar a outras disciplinas, vale ressaltar que as meninas iam para o convento, às vezes aprendiam música e tinham aulas de Latim. Já os meninos aprendiam, Latim, Poética, Filosofia, História, Geografia e outras disciplinas. O que se nota é que até a década de 1970 do século XX, a finalidade da educação feminina era por meio dos afazeres domésticos, pois essa era a grande preocupação com a instrução profissionalizante da mulher porque elas precisavam ser formadas para

gerenciar seu lar. Esse estudo fazia parte da missão da mulher dentro do lar, como esclarece Oliveira:

A Economia Doméstica formalmente veio a existir em 1909 como resultado de mudanças sociais que tiveram lugar com o advento da revolução industrial. Era um campo de conhecimento referente às funções da família, buscando eficácia científica nas tarefas cotidianas da casa objetivando melhoria da qualidade de vida das famílias (OLIVEIRA, 2006, p. 78).

A disciplina “Economia doméstica” teve reformulações ao longo dos anos, dando lugar para outras disciplinas que embora abordassem conteúdos semelhantes tinham novos nomes e roupagens como “Artes Femininas” e posteriormente “Educação para o Lar”.

A educação foi um egresso descoberto pelas meninas-moças para o ingresso na educação pública, tanto as que aprendiam, sem a importância para a carreira profissional, elas só buscavam a emancipação cultural para ensinar melhor seus filhos e as que entravam nos cursos normais, só entravam a fim de uma ocupação profissional resultante em sua maioria pela necessidade de renda para complementação de renda familiar.

E no final da década 1980 as mulheres brasileiras começam a ultrapassar os homens, que em nível de escolarização. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) do ano 2000, as pessoas analfabetas já eram menores entre as mulheres do que entre os homens em todos os grupos com até 39 anos de idade. As mulheres também ultrapassaram os homens em de anos de estudos e, nas salas de aula, imperam absolutas: 85% e de 1,6 milhão de professores da educação básica naquela época em todo o país a maioria era do sexo feminino (BRASIL, 2000).

4 EDUCAÇÃO DE MULHERES EM IGARAPÉ-MIRI

A presente seção apresenta análise de caderneta de alunos da Escola Aristóteles Emiliano de Castro, em especial das disciplinas “Artes Femininas” e “Educação Para o Lar”, que são disciplinas ofertadas para as mulheres.

Assim como aborda os relatos de três mulheres que foram alunas e, posteriormente, professoras da instituição educativa. Sendo elas, educadoras dialogando com, também, três mulheres professoras entrevistadas: Benedita Miranda dos Santos, Osvaldina Quaresma de Melo e Áurea Maria Pinheiro Rodrigues, as quais trazem, por meio de suas vozes, acontecimentos importantes a serem abordados sobre o final do século XX em Igarapé-Miri.

4.1 Análise dos Documentos da Escola

Dos documentos fornecidos pela direção da Escola, Aristóteles Emiliano de Castro, constam apenas dados referentes aos anos de 1978 a 1985. Por meio deles criei quadros analíticos-explicativos, como forma de organizar os aspectos apresentados pela instituição de ensino e, assim, para obtenção de melhor informação acerca das disciplinas ofertadas durante os anos de 1978 a 1985.

É possível verificar no quadro 01, um conjunto de disciplinas encaminhadas para o 1º, 2º, 3º e 4º ano ginásial que incorporaram a segunda fase do ensino primário. Sobretudo, a partir de 1981 o município de Igarapé Miri passou a adotar o termo “série” em razão da Lei de Diretrizes e Bases de 1971 que agregava as duas fases do primário em oito anos. Embora essa lei educacional já vigorasse desde 1971, o município só adotou na instituição 10 anos depois, isso porque as instituições escolares ainda estavam se adaptando e se configurando para encaminhar a nova lei educacional estabelecida e precisavam modificar sua estrutura, para então se adentrar nesse novo padrão e organização da lei educacional de 1971, o que ocasionou esse atraso na deliberação do novo decreto na instituição.

Com isso, a escola mudou a nomenclatura das turmas para 5ª, 6ª, 7ª e 8ª série, como pode ser observada nos quadros seguintes 02 e 03.

Quadro 1- Disciplinas do Ginásio entre os anos de 1978 a 1980.

1978				1979				1980			
1 Ano	2 Ano	3 Ano	4 Ano	1 Ano	2 Ano	3 Ano	4 Ano	1 Ano	2 Ano	3 Ano	4 Ano
Port.	Port.	Port.	Port.	Port.	Port.	Port.	Port.	Port.	?	?	?
Mat.	Mat.	Mat.	Mat.	Mat.	Mat.	Mat.	Mat.	Mat.	?	?	?
Ciênc.	Ciênc.	Ciênc.	Cienc.	Ciênc.	Ciênc.	Ciênc.	Cienc.	Ciênc.	?	?	?
Hist.	Hist.	Hist.	O.S.P.B	Hist.	Hist.	Hist.	O.S.P. B	Hist.	?	?	?
Geog.	Geog.	Geog.	Francês	Geog.	Geog.	Geog.	Ed. M.C	Geog.	?	?	?
Des.	Des.	Des.	Inglês	Des.	Des.	Ed. M.C		Ed. Art.	?	?	?
Art. F.	Art. F.	Art. F.	Ed. M. C	Ed. M.C	Ed. M.C			Ed. M.C	?	?	?
Ed. M.C	Ed. M.C	Ed. M.C						Tec. Agric	?	?	?
								Ed. L.	?	?	?
= 8	= 8	= 8	= 7	= 7	= 7	= 6	= 5	= 9	?	?	?

FONTE: Autoria própria a partir dos diários de classes e cadernetas escolares fornecidos pela Instituição de Ensino (**Observação:** o ponto de interrogação indica que há ausência do diário de classe do ano de 1980 a partir do 2º ano ao 3º, portanto não há informação sobre as disciplinas ministradas nesse período pelo documento fornecido).

Dos registros obtidos sobre o período ginasial, informados no quadro 1, constam a presença de 9 disciplinas ofertadas no 1º, 2º e 3º ano: Português, Matemática, Ciências, História, Geografia, Desenho (Educação Artística), Artes Femininas (Educação para o Lar), Educação Moral e Cívica e Técnica Agrícola. Já no 4º ano, tinha-se acesso às 7 disciplinas: Português, Matemática, Ciências Francês, Inglês, Organização Social e Política Brasileira (OSP) e Educação Moral e Cívica (EMC). Entretanto algumas disciplinas eram optativas tais como: línguas estrangeiras (Francês, Inglês); Desenho, que posteriormente foi chamado de Educação Artística, Técnico agrícola e Arte Feminina, uma disciplina moldada para corte/costura, cozinha e tarefas domésticas para as mulheres, depois conhecida como Educação para o Lar, as quais oscilavam com as mudanças anuais, porque neste período havia ausência de professores para ministrá-las.

Quadro 2- Disciplinas do Ginásio entre os anos de 1981 a 1983

1981				1982				1983			
5 Série	6 Série	7 Série	8 Série	5 Série	6 Série	7 Série	8 Série	5 Série	6 Série	7 Série	8 Série
Port.	Port.	Port.	Port.	Port.	Port.	Port.	Port.	Port.	Port.	?	Port.
Mat.	Mat.	Mat.	Mat.	Mat.	Mat.	Mat.	Mat.	Mat.	Mat.	?	Mat.
Ciênc.	Ciênc.	Ciênc.	Ciênc.	Ciênc.	Ciênc.	Ciênc.	Ciênc.	Ciênc.	Ciênc.	?	Ciênc.
Hist.	Hist.	Hist.	Hist.	Hist.	Hist.	Hist.	Hist.	Hist.	Hist.	?	Hist.
Geog.	Geog.	Geog.	Geog.	Geog.	Geog.	Geog.	Geog.	Geog.	Geog.	?	Geog.
Ed. Art.	Ed. Art.	Ed. Art.	Ed. Art.	Ed. Art.	Ed. Art.	Ed. Art.	Ed. Art.	Ed. Art.	Ed. Art.	?	Ed. Art.
Ed. M.C	Ed. M.C	Ed. M.C	O.S.P.B	Ed. M.C	Ed. M.C	Ed. M.C	O.S.P.B	Ed. M.C	Ed. M.C	?	O.S.P.B
Tec. Agric.	Tec. Agric.	Tec. Com.	Tec. Com.	Tec. Agric.	Tec. Agric.	Tec. Com.	Tec. Com.	Ed. L.	Tec. Agric.	?	Tec. Com.
Ed. Rel.	Ed. Rel.	Ed. Rel.	Ed. Rel.	Ed. Rel.	Ed. Rel.	Ed. Rel.	Ed. Rel.	Ed. Rel.	Ed. Rel.	?	Ed. Rel.
				Ed. Rel.	Ed. Rel.	Inglês	Inglês	Inglês	Ed. Rel.	?	Inglês
				Inglês	Inglês				Inglês	?	
= 10	= 10	= 9	= 9	= 11	= 11	= 10	= 10	= 10	= 11		=10

FONTE: Autoria própria. Elaborado a partir dos diários de classes e cadernetas escolares fornecidas pela Instituição de Ensino.

Quadro 3- Disciplinas do Ginásio entre os anos de 1984 e 1985.

1984				1985			
5 Série	6 Série	7 Série	8 Série	5 Série	6 Série	7 Série	8 Série
Port.							
Mat.							
Ciênc.							
Hist.							
Geog.							
Ed. Art.							
Ed. M.C	Ed. M.C	Ed. M.C	O.S.P. B	Ed. M.C	Ed. M.C	Ed. M.C	O.S.P.B
Fran.	Fran.	Inglês	Inglês	Fran.	Fran.	Inglês	Inglês
Ed. Rel.							
= 9	= 9	= 9	=9	= 9	= 9	= 9	= 9

FONTE: Autoria própria. Elaborado a partir dos diários de classes e cadernetas escolares fornecidas pela Instituição de Ensino.

Em vista da mudança de nomenclatura, já explicada, a escola se configurou com novos moldes, apresentando novas disciplinas. Foi incrementado no ano de 1981, conforme quadro 2, a disciplina Ensino Religioso e Técnico Comercial para somar com os demais conteúdos programáticos facultativos.

O Ensino Religioso estabelece, na História da Educação Brasileira, como disciplina por muito tempo com oferta obrigatória e matrícula facultativa no currículo das escolas públicas. Atualmente, é assegurado como disciplina regular do Ensino

Fundamental, está prevista no Artigo 210, da Constituição Federal de 1988 e, no Artigo 33, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB - 1996 Trata-se de um conhecimento curricular que manifesta traços da organização social, cultural e política do Brasil e, também, dos conflitos entre educação e à associação religiosa, onde se encontram as relações de poder e interesses que a legitima nos currículos escolares (BRASIL,1998/1996).

Assim, no Ginásio, durante os anos de 1981 a 1983 teve-se um maior número componentes curriculares de 9, 10 a 11 disciplinas – conforme o observado no quadro 2 – contendo, nos anos posteriores de 1984 a 1985, a volta da Língua Francesa para a 5^o e 6^a séries e a saída das optativas Técnico Agrícola e Técnico Comercial, ocasionando no total nove disciplinas ao final do regime, como demonstrado no quadro 3.

Das disciplinas apresentadas na escola Aristóteles Emiliano de Castro, as consideradas como símbolos da gestão militar eram duas: Organização Social Política do Brasil (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC). Ambas eram ofertadas, nas quais a EMC era efetuada nas três fases iniciais de ensino e a OSPB na última etapa antes da formação.

Segundo Enezes (2001), elas ficaram marcadas pela alienação do sistema de ideias do regime autoritário ao exaltar o nacionalismo, o civismo dos alunos e privilegiar o ensino de informações baseada em fatos em detrimento da reflexão e da análise. O assunto da época compreendia a decretação do AI5, desde 1968, e o início dos “anos de chumbo” – a fase mais repressiva da ditadura civil-militar cujo “slogan” mais conhecido era “Brasil, ame-o ou deixe-o”.

Porém estas duas matérias foram bombardeadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, por terem sido carregadas de um caráter negativo de doutrinação (BRASIL, 1996 /1998).

No entanto, para essa pesquisa que tem a especificidade na Educação das Mulheres no período militar, analisei com maior clareza as disciplinas voltadas para as mulheres, como a disciplina “Artes femininas”, que se fez presente

durante tal período nas salas de aulas, a qual não se sabe por quanto tempo foi ministrada. No entanto, pelos documentos obtidos, diários de classes e cadernetas escolares fornecidas pela Instituição de Ensino, mostrou-se uma oscilação dessa disciplina durante os anos, estando presente em 1978 no 1^o, 2^o e 3^o ano ginasial e

voltando somente em 1981 com outra nomenclatura, intitulada de “Educação para o Lar” ofertada na 5ª e 6ª séries.

4.2 “Artes femininas” e “Educação para o lar”

A disciplina “Artes femininas”, segundo a professora Osvaldina - que ministrou aulas no Ginásio, final do século XX e, no ano de 2021, como Vice-diretora da escola, afirmou-me, em entrevista que:

Essa disciplina, Artes Femininas, foi uma disciplina que ensinava as meninas tarefas domésticas, mas também servia como uma forma de subsistência, até porque foi a partir dela que muitas meninas começaram a trabalhar, algumas cozinhavam, outras costuravam e assim conseguiam seu sustento para sobreviverem. Embora não era aquele dinheiro que dava para ostentar, até porque se for comparar com o salário de um profissional que era pago na época, era bem menor, mas pelo menos dava para se manter e alimentar. (CRUZ, Osvaldina. Entrevista realizada em 24/06/2021).

Desse modo, compreende-se que esta foi uma disciplina que garantia às mulheres aprendizado sobre serviços domésticos e também uma forma de subsistência, pois a partir dos ensinamentos fornecidos, as alunas passaram a trabalhar cozinhando ou costurando. E a partir disso, conseguiram se sustentar financeiramente com elementos essenciais para sobreviverem, embora, em comparação a um salário profissional que era pago na época, era mínimo o rendimento financeiro que elas conseguiam.

Ademais, o ensinamento dessas tarefas domésticas, embora fossem importantes para auxiliar as mulheres a manterem um ambiente organizado e se auto sustentarem artesanalmente, mascara uma realidade histórica que há muito tempo vem sendo estabelecida no cenário mundial: impor à mulher como responsável pelos serviços domésticos, isentando os homens desses trabalhos.

Sabe-se que há muito tempo foram atribuídas às mulheres responsabilidades como: lavar a louça, limpar a casa, preparar as refeições, também cuidar e educar os filhos e as filhas. Enquanto os homens estariam encarregados de trabalhar em setores produtivos ou técnicos/profissionais com o intuito de garantir financeiramente a sua família.

Para além das linhas já explanadas,

diante dessas relações de gênero assimétricas, pode-se extrair que da instituição familiar resulta uma série de diferenças entre os papéis desempenhados por homens e mulheres na sociedade [...] não apenas no ambiente doméstico, mas evidentemente das esferas públicas da sociedade (TERRA; AQUINO, 2012, p. 175)

Em vista disso, compreende-se, em decorrência da diferença de gênero, a disseminação de uma violência simbólica criada a partir dessa desigualdade das funções entre os sexos. Uma violência que discrimina as mulheres, considerando-as como meras figuras de dominação masculina, desmerecendo as suas imposições em várias áreas de interesse ou meios profissionais que gostariam de estar, pois, segundo essa visão patriarcal, a mulher só teria um determinado lugar a se estabelecer: dentro de casa nas suas tarefas domésticas.

Sendo, ao longo da história, perceptível as variadas mazelas sociais que foram criadas e impostas às mulheres com base na relação “patriarcal” repassada historicamente, como na submissão, agressão, violência psicológica e, nos casos mais graves, até física, na qual a mulher, por depender financeiramente do marido, acaba por aceitar muitas dessas condutas

A mudança de nomenclatura dessa disciplina veio justamente para romper com a ideia de que somente as mulheres teriam a função das tarefas domésticas. A “Educação para o Lar” surgiu com o intuito de ensinar, nas instituições brasileiras, que mulheres e também homens mantenham o lar. Contudo, mesmo que membros masculinos fossem inseridos nessa disciplina, o conteúdo repassado era voltado com obrigatoriedade às mulheres, então tidas como responsáveis pelas tarefas domésticas.

Em vista disso, questionei a entrevistada Osvaldina de Melo Cruz a respeito da atribuição da disciplina Artes Femininas para os dois gêneros. De acordo com a educadora,

nela as meninas aprendiam a tecer tricô, crochê, costurar e cozinhar e os meninos iam para quadra do ginásio jogar bola. Por volta dos anos 80 houve uma mudança no currículo do ginásio, a disciplina artes femininas passou a ser educação para o lar, onde as meninas eram ensinadas fazer os serviços domésticos e os meninos ou iam jogar bola ou iam para oficina de marcenaria para aprender fazer móveis (CRUZ, Osvaldina. Entrevista realizada em 24/06/2021).

Com base nas alegações feitas pela professora e vice-diretora da Escola, Aristóteles Emiliano de Castro, percebe-se uma distinção de atividades ofertadas aos

alunos, determinada com base no gênero. Durante a disciplina “Artes femininas”, as mulheres aprendiam a tricotar, enquanto os homens aproveitavam a oportunidade, na qual não tinham obrigatoriedade de assistir a aula, para jogar futebol. No entanto, com a introdução da nova disciplina “Educação para o Lar”, que tomou lugar da antiga, tinham, em alguns momentos, oficinas de marcenaria para os meninos.

A hipótese dada para isso é a percepção da parte administrativa da instituição sobre os educandos masculinos, pois consideravam que os alunos estavam sem atividades extras além do lazer, enquanto as alunas estudavam tarefas domésticas. Com isso, buscou-se oficinas de marceneiros para que o corpo docente pudesse ter controle dos alunos.

Essa distinção de atividades entre os dois sexos determinava as funções dos alunos, impossibilitando que uma menina optasse por jogar futebol com os colegas ou participar das oficinas de marcenaria, do mesmo modo que não era permitido que um menino participasse das aulas de costura ou aprendesse as tarefas domésticas em sala de aula.

Essa divergência de atividades repassada em aula era algo que já fazia parte da sociedade. Os papéis impostos para cada gênero determinados pelo sistema patriarcal definiam que as mulheres não podiam fazer tarefas de homens e homens não podiam fazer tarefas de mulheres, pois cada um já obtinha suas funções impostas. Segundo Mary Del Priore, “vários argumentos serviam para explicar tal divisão de tarefas: aos homens seriam dadas as funções mais pesadas, enquanto às mulheres seriam preservadas – decisão assegurava a reprodução. Para eles, o risco de morte; para elas, a certeza da vida.” (DEL PRIORE, 1952, p. 11)

Aprender tarefas caseiras na escola diz muito sobre esse patriarcalismo, guiado pelo machismo de uma sociedade que vê mulheres como pertencentes ao pai, marido ou patrão. Um bem pessoal que tem o dever de servir, ter filhos e cuidar das tarefas de casa, uma missão atribuída somente a elas, como um “ser passivo”, que a considera incapaz de exercer outros tipos de funções referidas como mais pesadas, como o trabalho de marcenaria. Sendo também a marcenaria referida como um trabalho perigoso, pois deve ter muito cuidado ao manusear equipamentos para confecção ou reparação de móveis e peças para evitar acidentes. Afinal, de acordo com esse pensamento tradicional, a mulher seria um ser frágil que deveria ser protegida para exercer somente sua missão reprodutiva e de trabalho em casa ou, até

mesmo, esquecendo que nas tarefas domésticas também podem ocorrer acidentes e, sem dúvida, que se trata de um trabalho pesado.

É dito que vivemos em uma época de transição em que muitas dessas funções atribuídas aos gêneros foram colocadas em análise e discussão. Enquanto um lado da sociedade caminha buscando promover igualdade entre homens e mulheres, em virtude da evolução de direitos e medidas antidiscriminatórias, há estruturas e costumes arcaicos da sociedade patriarcal, os quais impossibilitam que esses passos continuem a ser seguidos. Tendo, dessa forma, a permanência de desigualdades, violência, discriminação. Transformando uma caminhada em um campo de luta, entre o feminismo que prega a transformação da sociedade e o conservadorismo – designados como patriarcalismo e machismo –, compreendido neste trabalho como uma corrente de pensamento que considera necessário a continuidade na tradição e de valores antigos.

Historicamente, é difícil datar quando surgiram os primeiros movimentos feministas a favor das mulheres. Movimentos esses que buscavam acima de tudo a equidade do gênero feminino, isto é, a luta pela igualdade social, política e econômica entre os sexos. Além de buscar o respeito e a libertação da mulher dos padrões impostos pela sociedade patriarcal.

No entanto, compreende-se que o movimento feminista ganhou engajamento somente

entre as décadas de 60 e 90, a busca pela igualdade social e igualdade de direitos se intensificou e as mulheres passaram a questionar todas as formas de submissão e desigualdade que enfrentavam. Foi também nessa época que questões sobre liberdade sexual, maternidade e direitos de reprodução foram discutidas e começaram a surgir a união das mulheres enquanto movimento capaz de provocar alterações na sociedade (AZEVEDO E SOUSA, 2019, p. 4).

As mulheres começaram a se unir e lutar contra esse sistema desigual do qual viviam, mas é importante considerar que essa luta não configurou com um fim definitivo e acabado. Afinal, o movimento que as mulheres se impulsionaram contra a desigualdade não está presente apenas em um setor, mas em vários aspectos da sociedade como: desigualdade de gênero, valores morais e éticos, por muito tempo, a mulher foi excluída da participação efetiva nos espaços públicos, do trabalho fora do âmbito doméstico e da possibilidade de desenvolvimento científico e intelectual por

meio da educação formal. Embora, conseguissem alguns direitos, como o sufrágio universal, por exemplo, ainda teriam que lutar contra as demais mazelas deixadas por uma sociedade machista e discriminatória.

A luta das mulheres é constante e, mesmo que, até então, não se veja um ponto final, há conquistas que são observadas se comparadas aos anos anteriores. Graças ao apoio de massas e estudos que estão sendo implementados, o movimento feminista continua a ganhar força. Por isso, quanto mais amparo e respaldo for estipulado a favor do feminino, mais irá se ganhar palco e deixar essa “tradição machista” definida como ultrapassada e isso é uma realidade que podemos ter certeza, sem duvidar, que vem se sustentando em mentalidades respeitadas e justas. Entre as conquistas femininas é possível destacar com clareza, em virtude desta pesquisa, que atualmente não se tem mais a obrigatoriedade e presença de disciplinas voltadas somente para as mulheres como as disciplinas já explanadas, as quais atuavam com ensinamentos das tarefas domésticas na instituição, entre outras disciplinas escolares que deixaram de existir no currículo educacional, esquecidas em decorrência da mudança de leis educacionais e atribuição de novas disciplinas obrigatórias, mas principalmente por não fazer mais sentido no contexto social.

4.3 As Vozes das Mulheres Mirienses

Durante as entrevistas com as educadoras do ginásio, foram trazidas falas das entrevistadas atribuindo seus olhares acerca do período estudado e ao fato de serem mulheres professoras, frisando compreender como estas relatam o tratamento dado pela sociedade miriense no final do século XX, além de quais eram os posicionamentos em relação a temas como o da participação das mulheres nos setores públicos e educativos, o divórcio, ser mãe solteira, o racismo da mulher negra sofrido e as vestimentas femininas escolares.

Para tanto, no final do século XX, como já mencionado na seção três, o mundo estava sofrendo mudanças políticas que abalaram diretamente a sociedade e a educação do país. O período de Ditadura Civil e Militar foi um dos momentos mais marcantes na História Brasileira na segunda metade do século XX, que configurou todo o sistema social e educacional brasileiro, mesmo após o regime, quando o país se encontrava em transição a um novo sistema em decorrência da redemocratização. As personagens femininas, durante o período, estavam acompanhando todas essas

transformações à mercê das mudanças que abalaram diretamente o seu gênero. Para tanto, desenvolvi alguns desses tópicos mencionados, dialogando com as vozes das entrevistadas:

4.3.1 Período Militar no Pará e em Igarapé-Miri

O Golpe Militar ocorreu no dia 31 de março de 1964 e promoveu sérias transformações gradativas no sistema político, econômico e social das cidades e Estados no Brasil. O Pará, como os demais Estados, se configurou nessa nova estrutura administrativa, política que os militares implantaram. Observe a estrutura administrativa política e educacional, com os dirigentes da escola Aristóteles Emiliano de Castro no quadro 4 que se configurou no regime entre 1964 até 1984:

Quadro 4- Ocupantes de Cargos políticos do Brasil, Estado do Pará e Igarapé-Miri, no período 1964-1985.

1964 - 1985	Presidentes(as) da República	Governadores(as) do Pará	Prefeitos(as) de Igarapé-Miri	Diretores(as) da Escola Aristóteles
1964	Castelo Branco (15/04/1964 a 15/03/1967)	Jarbas Passarinho (15/06/1964 a 31/01/1966)	Alberone Corrêa Lobato (1963 a 1967)	-----
1965				-----
1966				-----
1967	Arthur da Costa e Silva (15/03/1967 a 31/08/1969)	Alacid Nunes (31/01/1966 a 15/03/1971)	Braulino Pena Martins (1967 a 1971)	-----
1968				-----
1969	Junta Governativa Provisória (31/08/1969 a 30/10/1969)			Dr ^a Carmem Leão Sanches.
1970				
1971	Emílio Garrastazu Médici (30/10/1969 a 15/3/1974)	Fernando Guilhon (15/03/1971 a 15/03/1975)	Eládio Corrêa Lobato (1971 a 1973)	Suely Sinimbu Miranda Lobato
1972				
1973	Ernesto Geisel (15/03/1974 a 15/03/1979)		Alberone Corrêa Lobato (1973 a 1977)	Mônica Pinheiro Lima
1974				
1975	Aloysio Chaves (15/03/1975 a 01/08/1978)			Maria de Nazaré Almeida
1976				
1977				

1978			Raimundo Lima da Costa (1977 a 1983)	
1979		Clóvis Rego (01/08/1978 a 15/03/1979)		Maria Quaresma
1980	João Baptista Figueiredo (15/03/1979 a 15/03/1985)	Alacid Nunes (15/03/1979 a 15/03/1983)		
1981				
1982				
1983				
1984			Jader Barbalho (15/03/1983 a 15/03/1987)	Manoel da Paixão e Silva (1983 a 1989)
1985				

FONTE: Autoria própria com base nos documentos obtidos pela Instituição de Ensino e Câmara dos Deputados, 2022.

Em primeiro lugar, enfatizando a importância da mulher no palco desta pesquisa, é importante destacar a predominância masculina na política apresentada nesse quadro administrativo, enquanto, por outro lado, o quadro de dirigentes que atuaram no Ginásio, nos anos iniciais até 1985, foi composto absolutamente em sua esfera por personagens femininas. A Instituição escolar há muito tempo buscou encaixar a mulher na direção, pelo menos no mínimo na Educação, sendo fundada por duas educadoras, já relatado na segunda seção desta pesquisa, que sempre valorizaram o papel da mulher no palco educativo.

Politicamente, a mulher ainda estava longe de ter um comando executivo no período militar, a presidência, a prefeitura e o governo do Estado, durante esse período, lugares compostos absolutamente por homens. Não tão diferente dos demais Estados do Brasil em que o setor político sempre teve dominância masculina, isso, devido a vários fatores históricos, ligados ao patriarcado, que apresentavam o homem como aquele que domina e é detentor do poder.

De acordo com Biroli e Miguel (2014), esse patriarcado é existente há muito tempo na história, visto como um sistema social dominado por homens que mantiveram as mulheres à margem da sociedade, vistas como submissas ao poder masculino em diversas esferas sejam elas políticas, sociais ou econômicas. E mesmo com o passar dos anos, com vários direitos garantidos, às mulheres promovendo transformações e garantias a elas, a dominação masculina continua presente, principalmente na esfera política.

Um exemplo bem claro dessa discrepância da participação política entre os gêneros foi a dificuldade imposta às mulheres sobre o direito do voto. No mesmo momento que para os membros masculinos essa atribuição sempre lhe foi dada,

enquanto homens de classe social elevada que não fossem negros, escravos ou menores de 25 anos, as mulheres por muito tempo estavam excluídas de participar politicamente da sociedade.

O voto feminino, ainda é uma conquista recente na história, pelo qual foram necessárias várias manifestações e resistências de mulheres que se engajaram na sociedade carregando placas e exigindo direitos. Essa “permissão” somente ocorre em 24 de fevereiro de 1932, por meio do decreto 21.076, incorporado à Constituição de 1934, mas que não era exigido obrigatoriedade. Sendo indispensável e obrigatório somente a partir de 1965.

Direito garantido, mas contraditório pela incapacidade de ser utilizado quando em 1964 teve-se um Golpe Militar, em que o Brasil esteve sobre o controle das Forças Armadas Nacionais, quando os militares impediram o voto direto para presidente e outros representantes administrativos, como prefeitos, governadores, entre outros.

De acordo com o que foi apresentado no quadro 4, o Pará esteve em uma nova configuração de poder político e, como já discutido, dominada por homens. No entanto, dessa vez eram homens armados e com ações ideológica, social e político-militar e a doutrinação da educação era por meio de guerra psicológica, mas as entidades de representação feminina, agiam no meio estudantil. Neste período a gestão trabalhava a política educacional promovida para reforçar as desigualdades educacionais que foi um dos grandes desafios a serem superados na educação brasileira. Notamos, dessa forma, a convergência entre esses níveis de ensino e a sua relação com o sistema econômico, pois os alunos não tinham muitas possibilidades ou escolhas, devido ao ensino, sobretudo na esfera estadual que sofria com ausência de recursos humanos e materiais Cunha (2005)

Conforme Petit e Velarde (2012), no dia 1º de abril, um dia depois do golpe implantado, teve-se uma série de ocorrências dentro do Estado do Pará. Uma reunião aberta ao público repassava pela radioamadora, nela estavam presentes o tenente-coronel Jarbas Passarinho que se reunia juntamente com o chefe do Comando Militar da Amazônia (CMA), Orlando Ramagem, e demais membros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica que faziam parte da CMA. O tenente-coronel foi quem ficou responsável de intermediar o diálogo entre o QG do II do Exército e o Comandante Ramagem, supervisionado pelo general Amary Krueel – Comandante do II Exército de São Paulo. Percebeu-se a resistência por parte de Ramagem em apoiar o golpe de 64, mudando de opinião somente por volta das 15h. da manhã a partir da conversa

com o general Kruel que, até então, era considerado um membro de confiança do presidente João Goulart, passando então a aderir ao golpe militar.

Do mesmo modo que o comandante Ramagem, o governador do Pará Aurélio do Carmo, o qual se encontrava no Rio de Janeiro quando o golpe se concretizou, também relutava em manifestar seu apoio aos militares como era proposto pelo CMA. Somente de noite, no mesmo dia, ele passou um telegrama para Belém alegando apoio. Além disso, permitiu seu nome incluso no Manifesto ao povo do Pará, uma declaração que foi encomendada por Jarbas Passarinho que pretendia que as autoridades civis e militares expressassem seu apoio ao novo modelo de governo (PETIT E VELARDE, 2012).

Os jornais paraenses, assim como a maioria dos jornais famosos do período – Folha de São Paulo, Estado de São Paulo e O Globo –, também demonstraram apoio e desejos de boa administração ao regime. Haja vista que acreditavam que se a ditadura civil-militar não interviesse no governo de João Goulart, o Brasil poderia sofrer um golpe comunista:

Os jornais de Belém aceitaram a tese de que havia um inimigo subversivo da democracia, das tradições, da ordem e que era necessário combatê-lo. Aceitaram também a tese de que os militares eram heróis combatentes. Muitos artigos foram escritos de forma a exaltar as forças armadas, em alguns momentos chegaram até aparentar que antes do golpe de 1964 no Brasil não vigorava uma democracia. Os jornais de Belém defenderam para combater o inimigo subversivo da democracia, das tradições, da ordem, heróis combatentes, que eram militares. Muitos artigos foram escritos de forma a exaltar as forças armadas (FONTES, 2013, p. 261).

Ainda mais, os jornais paraenses apresentaram o apoio do prefeito de Belém, Moura Carvalho, demonstrado nas publicações estabelecidas no dia 4 de abril em que o administrador considerou a ditadura civil-militar como democrática que diferentemente do governo de Goulart defendia a Constituição Brasileira (PETIT E VELARDE, 2012).

As notícias da “revolução” estavam se espalhando na capital de Belém e seus arredores. E assim como o comandante Ramagem e o governador Aurélio do Carmo, muitos membros da sociedade paraense se sentiam inseguros com a nova configuração que o sistema político estava se configurando. Foi perceptível que na tarde daquele mesmo dia, 1 de abril, já era possível identificar a insegurança e resistência por parte da oposição em relação à política militar (VELARDE, 2015).

As principais forças políticas de resistência a ditadura civil-militar no Pará foram inicialmente o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e a União Acadêmica Paraense (UAP) que juntaram suas forças para se mobilizarem contra a iminente ameaça dos considerados golpistas (PETIT E VELARDE, 2012).

Os estudantes da UAP eram os principais opositores a esse novo sistema implantado. Chegou até mesmo a decretar greve geral dos estudantes universitário paraenses até a destruição do sistema golpista. No dia primeiro de abril de 1964, eles delimitaram a suspensão das aulas para se mobilizar contra o golpe (PETIT E VELARDE, 2012). Na sede da UAP redigiram um manifesto que pretendiam divulgar, nele estava expresso a defesa da legalidade e a não aceitação ao golpe militar. Contudo, a gráfica Sagrada Família, responsável por confeccionar o manifesto, advertiu as autoridades do exército que confiscou todo o material produzido pelos acadêmicos (VELARDE, 2015).

Na tarde desse mesmo dia, o coronel José Lopes de Oliveira recebeu ordem de prender os opositores ao regime. De noite a UAP foi invadida por indicação de Jarbas Passarinho, alguns estudantes conseguiram fugir e outros foram agredidos pelos membros do exército, todo esse cenário perceptível com base nos relatos das lideranças do movimento estudantil expressas na obra “1964 – relatos subversivos” (PETIT E VELARDE, 2012). Desse modo, percebe-se que a resistência à introdução do regime na academia estudantil na capital de Belém foi bastante intensa.

É importante ressaltar que essa mobilização não se deu somente a partir da implantação do regime, os estudantes já tinham sido avisados do possível golpe. O episódio conhecido como “lençóis brancos”, ocorrido no dia 30 de março, um dia antes do golpe, demonstra o futuro tenebroso que estava prestes a surgir. Nesse dia estava ocorrendo o I Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior (SLARDES), patrocinado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), União Internacional dos Estudantes (UIE) e Unidade Acadêmica Paraense (UAP) em Belém, no auditório da antiga Faculdade de Odontologia do Pará, localizada onde antes era situado o bairro Batista Campos no período.

Esse evento reuniu discentes de várias localidades do Pará, de outros estados brasileiros e até mesmo estrangeiros. Tinha como intuito

promover a discussão de proposições que contribuíssem com a proposta da reforma Universitária em toda América Latina, deixando clara também a

intenção das lideranças estudantis quanto à defesa da reforma universitária e reforma de base (FONTES, 2013, p. 273-274).

Entretanto, durante o discurso do representante da Nicarágua, o auditório foi invadido por policiais militares do Estado, juntamente com estudantes e filhos de fazendeiros, acompanhados por Jarbas Passarinho que alegavam iniciar a “revolução”. A intenção era “agredir e prender aqueles que não tivessem lenços brancos amarrados nos pescoços” (PETIT E VELARDE, 2012, p.178). Visto que invasores “tinham lenços brancos no pescoço, para não serem confundidos com os ‘estudantes comunistas’, deixando indicação para os PMs sobre o seu alvo” (FONTES, 2013, p.273). Em decorrência disso, o ataque à sede da UAP promoveu vários momentos traumáticos para os ouvintes e palestrantes do evento, passando por uma série de correria, atropelamento e até mesmo a destruição do teatro popular da faculdade.

Em Igarapé-Miri, pode-se dizer que não houve uma comoção grandiosa na localidade com a introdução do regime comparada à capital em Belém. Nesse período, a gestão administrativa do município estava a cargo de Alberone Benedito Lobato, candidato em 1962, que por duas vezes governou como prefeito municipal em Igarapé-Miri (1963/67 e 1973/77). Na época em que ocorreu o golpe, o prefeito estava no cargo tendo como vice o sr. Caetano Leão. Segundo sua esposa Miranda Lobato (2008, p. 40) e autora da obra “Alberone Lobato: Vida, Trabalho e Realizações”:

a revolução de 31 de março de 1964 encontrou Alberone no pleno exercício do governo municipal. A mudança de regime provocou muitas mudanças políticas no Estado. Vários municípios sofreram intervenção, prefeitos foram afastados. Fruto de uma administração séria, controlada, Igarapé-Miri nada sofreu.

Para a autora, o município não sofreu nenhuma mudança drástica, considerando os movimentos e mudanças administrativas ocorridas no restante do Estado. A professora Benedita Miranda dos Santos, conhecida popularmente como “Benoca”, como uma mulher com grande memória, trouxe em suas falas contribuições acerca de como Igarapé-Miri se estabeleceu no início do Regime. Em concordância com Miranda Lobato, ao ser questionada sobre a visão popular da sociedade local a respeito da instauração do regime, afirmou o seguinte comentário:

Então não houve assim um estrondo muito grande, porque eles vinham de um momento político que passou para outro regime, então eles estavam acostumados a não falar, a não se expressar, a não reivindicar nada, era o costume da época e aí veio a ditadura e não melhorou nada, pelo contrário aumentou mais esse medo (SANTOS, Benedita. Entrevista realizada em 10/04/2021).

Percebe-se pela fala da entrevistada que essa falta de mobilização se deu devido ao “costume da época”, uma sociedade que se acomodava com a situação e preferia não se manifestar diante das questões políticas por medo de ser repreendida. Visto que para a professora Benedita Santos, o que ficou mais evidente nesse período foi a ausência da liberdade de expressão da população local em virtude desse novo regimento administrativo, uma vez que não expressava esse contexto:

Bem, o período militar, eu lembro que deu um susto no povo. Primeira coisa, o primeiro ato que eu vejo que assustou muito o povo: ninguém podia falar nada. Era proibido, o prefeito, governo, o presidente determinava e acabou. Eu fiquei pensando ontem enquanto estava memorizando, que mesmo tendo a mesma estrutura política de prefeito, vereadores, secretários, mas o prefeito determinava. A gente não via como nós vemos hoje uma atuação da Câmara dos vereadores, não víamos uma atuação do secretário de educação, do secretário de agricultura, do secretário de assistências social que tem programas, assistenciais, que tem isso, uma série de questões. Não! Era o prefeito que falava que mandava. E aí então com isso, com a ingenuidade política, o analfabetismo político do povo e muita gente diziam assim “isso que é bom, o prefeito manda e acabou-se, o tempo que ainda vou reunir”. O povo tinha ódio de reunião, ainda não é bem diferente de hoje, ainda tem muita gente que não gosta de uma reunião (SANTOS, Benedita. Entrevista realizada em 10/04/2021).

Desse modo, entende-se de acordo com as memórias da entrevistada, que a liberdade era restrita, embora ela fosse concedida pela LDB de 1961 e na Emenda Constitucional de 1969, como já observado no decorrer da terceira seção. Além disso, é interessante ressaltar, na fala da docente, que essa carência de expressão não se limitava somente com a classe trabalhadora, mas também se mostrava presente dentro dos órgãos políticos de educação, agricultura e outras organizações governamentais que não exerciam uma ação significativa no setor local, pois na pirâmide municipal quem detinha maior autoridade na esfera política era o prefeito.

Ao interrogar a entrevistada para saber sobre a sequência dessa postura passiva da população, a partir do endurecimento do regime, no qual os militares continuaram no poder desempenhando seus mandatos sem estabelecer sistemas de eleições diretas para presidente, dessa forma modificando e criando novas leis de acordo com seus interesses; buscou-se saber se teve alguma interferência na postura

do cidadão miriense dentro da cidade ou se eles continuavam “calados”. A educadora situou que houve modificações, começando a se originar com o adentro de organizações, sejam as existentes ou as novas que surgiram. Da seguinte forma:

A pessoa não poderia nem se manifestar, tinha que tá calado, cumprindo aquilo que os prefeitos queriam; Mas eu acho que aqui em Igarapé-Miri eu vejo que teve uma entidade, não é uma entidade de classe mais sim religiosa, que foi a igreja católica, ela abriu muito a mente do seu povo, ser cristão não é só rezar, esta reza tem que vir acompanhada de alguns elementos, da vinda do povo, olhar a necessidade do povo, Jesus fez isso, ele orava e saia pra luta pra ir reivindicar para ir denunciar as injustiças. Fez isso a Igreja católica depois apareceu os sindicatos, o sindicato da educação, o SINTEP [Sindicato dos Trabalhadores de Educação Pública], apareceu o sindicato dos trabalhadores rurais, a colônia dos pescadores, tudo em época de ditadura. E começamos a contrapor, e começamos a reivindicar e começamos a fazer greve para receber salário (SANTOS, Benedita. Entrevista realizada em 10/04/2021).

A presença da igreja católica na cidade de Igarapé-Miri sempre foi considerada, desde muito tempo, como um patrimônio fundamental para a constituição da sociedade e cultura do município. No período em que a ditadura civil-militar atuava na presidência, o centro religioso católico interveio, esteve presente se manifestando contra os males implantados por leis, tal como o Ato Institucional V, que promoveu séries de mudanças impedindo o princípio de liberdade e enaltecendo o terror.

Assim como essa Instituição Vicentina, os sindicatos dos trabalhadores, o Sindicato dos Trabalhadores de Educação Pública (SINTEP), colônia dos pescadores e outros órgãos começaram a se manifestar contra o regime. A professora Benedita, também foi uma participante ativa em busca dos direitos dos trabalhistas e educacionais resistindo ao regime autoritário e também ao período militar, juntamente ao lado dos sindicatos, embora minoria enquanto mulher nesse ramo.

Entretanto, de mesmo modo como ocorrido nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e até mesmo na capital Belém, essa mobilização contra o governo em Igarapé-Miri não foi bem recebida, claro que se contarmos em termos de quantidade o município não sofreu grandes índices de violência como nas cidades grandes, mas alguns atores sofreram formas de repressão, tortura e violência. No interior da cidade de Igarapé-Miri, como em seus arredores aconteceram essas atrocidades. Embora não se pudesse divulgar, alguns moradores, como a professora Benedita Santos afirma, fizeram tamanha ocorrência como personagens que fizeram parte da História de Igarapé-Miri, do Pará e do país como um todo. Sua declaração:

O doutor Pedro aqui nosso médico, a gente não dá nem um abraço nele de tudo que ele passou, ele foi torturado, foi da mesma tortura da Dilma¹⁰. Mataram outro nosso aqui na época da ditadura, não sei se já ouviu falar, o João Batista, esposo da Sandra Batista que é deputada, tudo daqui do Pará. E ainda tem mais, a gente sabe dessas torturas, mas uma também que doeu muito porque ele lutou muito pelas diretas foi o Wlicês Guimarães, desapareceu que nunca até aqui, nunca se soube. Teve um que foi importantíssimo que foi o presidente Tancredo Neves¹¹, eles dizem que o Tancredo adoeceu; o Tancredo foi morto saindo da missa de ação de graças, ele tinha ganho pra presidente e aí houve uma desavença depois da missa e mataram ele e falaram que não, porque você sabe que tem quem dê o laudo e der tudo e não colocaram que mataram ele, tô falando só pra nós, para nós ter um entendimento. E aqui em Belém por aqui pelo Pará tem histórias de políticos desaparecidos, de professores desaparecidos, de estudantes, de cantores, de padres, exilados. Eu não sei se você já ouviu falar de Dom Oscar Romero, ele morreu dentro da igreja. O padre Rosinho foi morto aqui no Moju, um grande trabalhador rural na época da ditadura, Virgílio, tem até histórico aqui que dizem que o seu “Marcelino”, um trabalhador rural, pai da professora Rudália foi morto pela ditadura, a gente não falou porque não era permitido falar e até hoje a gente não conseguiu ou deu conta de descobrir quem matou, mas há um grande indício de ele foi morto pelos militares (SANTOS, Benedita. Entrevista realizada em 10/04/2021).

Acrescentando ainda mais, a repressão não se via somente pelas agressões, mas também era comum acontecer afastamentos de cargos, no geral, nos sistemas de ensino, segundo a professora Benedita:

Outra coisa que a gente via muito era as transferências de quem falava, por exemplo era diretora da escola tal, mas se eu falasse alguma coisa que viesse a ferir aquilo que eles estavam determinando, eu era demitida imediatamente. A professora Euridice Marques foi demitida várias vezes, a Tchecila, irmã do Pinduca, que está com alzheimer tem 98 anos, foi demitida, a professora Ana Brandão, essas professoras antigas, a professora Ana Almeida, tudo por causa dos prefeitos (SANTOS, Benedita. Entrevista realizada em 10/04/2021).

Todas essas formas de repressão criaram vários grupos de opositores durante o regime, como os já mencionados sindicatos, órgãos, membros da instituição religiosa católica do município e inclusive oposição que professora Benedita fazia parte. Porém, outro grupo ao observar as dificuldades educacionais resolveu se manifestar, esse grupo era composto por discentes da rede pública da escola Aristóteles Emiliano de Castro, que articularam um movimento em frente à casa do

¹⁰ 36ª Presidente do Brasil, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), tendo exercido o cargo de 2011 até seu afastamento por um processo de impeachment em 2016. Foi presa durante o Governo Militar.

¹¹ Tancredo Neves foi um político opositor a ditadura civil-militar, considerado um dos principais líderes do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), já atuou como primeiro-ministro do Brasil em 1961, Senador do Brasil de Minas Gerais em 1973 e Governador de Minas Gerais em 1983. Ele foi eleito Presidente da República em 1985. No entanto, adoeceu gravemente em 14 de março do mesmo ano e não chegou a tomar posse. Tendo como causa do falecimento uma infecção generalizada.

prefeito, Alberone Lobato, a favor de melhorias educacionais. A educadora conta em detalhes um episódio ocorrido durante essa manifestação dos estudantes, na qual fazia parte como aluna das primeiras turmas dessa instituição fundada em 1968:

Tem uma moça, Auricelia que é do SINTEP (Sindicato dos Trabalhadores de Educação Pública). O pai dela apanhou aqui na época da ditadura do prefeito Alberone Lobato, dentro da casa do prefeito. Nós estávamos lá reivindicando algo pro ginásio e aí então ele jogou o “Minguita” pra fora por cima da janela. O Minguita era um estudante, um aluno, meio rebelde do Ginásio que não aceitava tudo aquilo passivamente sem falar nada. Tem outro professor que eu vou falar o nome que você quando tiver perto dele pergunte eu sei que você conhece o professor João Maria Santiago, ele tava nessa turma, com o sobrinho do Pinduca o “Lala”, a professora Maria do Carmo, Zé Vilarinho, a irmã dele também tava e nós todos estavam reivindicando, a professora “Zazá”, Crisalida o nome dela, mas chamam ela de Zazá. Tava também a dona Antônia do Nicanor, irmã do seu Amadeu. Nós fomos os primeiros alunos do Ginásio e nós estávamos todos lá reivindicando melhorias, essas coisas todas lá. Esse regime da ditadura a gente não teve muito sucesso porque era o prefeito que mandava (SANTOS, Benedita. Entrevista realizada em 10/04/2021).

Entre vários alunos que se manifestavam da primeira turma do ginásio, citados pela professora Benedita, vale ressaltar a presença da aluna Crisálida Soares, também conhecida pelos colegas e amigos como “Zazá”, a qual foi uma das principais precursoras para a criação da escola Aristóteles Emiliano de Castro, no município de Igarapé-Miri, por meio de seu projeto em parceria com Cesarina Lobato. A antiga aluna Zazá lutou a favor da criação da primeira escola de segundo segmento, de primeiro grau na localidade, com anseio de continuar seus estudos como demonstrado na seção dois desta dissertação e também buscava sempre participar de reivindicações a favor das melhorias educacionais na escola com seus demais colegas.

A manifestação buscava instrumentos que subsidiassem a continuidade das aulas. Não se encontravam materiais suficientes para os educandos como as carteiras, para que os alunos pudessem acompanhar as aulas, assim como faltavam professores para ministrarem os conteúdos, entre outros fatores. Em decorrência disso, os alunos da nova escola Aristóteles Emiliano de Castro resolveram se organizar e protestar em frente à casa do executivo municipal. Para a professora:

Os alunos do ginásio não estavam mais suportando receber essa ordem, a ouvir determinadas coisas, ‘não tem merenda, não tem livro, não tem isso, não tem aquilo’ e aí começaram a reivindicar. Nem que o professor não desse conta da sala de aula, mas era indicado pelo prefeito, não estava nem aí. Então eles queriam saber de cumprir o papel político e fortalecer aquele lado que a ditadura defendia. Estavam tudo do lado do poder (SANTOS, Benedita. Entrevista realizada em 10/04/2021).

Foi nesta escola, Aristóteles Emiliano de Castro, na qual ocorreu o movimento dos alunos em prol da Educação, que se desenvolveu a construção desta pesquisa de campo, visando compreender a participação das mulheres no final do século XX. Visto que tal instituição foi inaugurada em pleno regime e hoje é considerada uma das mais notáveis escolas que contribui para o desenvolvimento do educando e valorização da mulher na cidade de Igarapé-Miri.

Partindo deste pressuposto vejamos a seguir os relatos das mulheres professoras do município de Igarapé- Miri e seu enfrentamentos no final do século XX como: ser mãe professora; ser mulher divorciada e ser Mulher Negra:

4.3.2 Ser mãe professora em Igarapé- Miri no final do século XX

Segundo Mary Del Priore (2000), em uma visão tradicionalista, ser mãe é considerado pela sociedade em que vivemos como a principal função de uma mulher, tendo, ainda, a função como genitora de um novo ser de forma romantizada, a qual deve cuidar, criar e, a partir do nascimento dessa nova vida, renunciar a seu livre arbítrio e viver apenas pelo bem do seu descendente. É um papel muito bonito, se olhar com detalhes e refletir sobre como muitas mães são pessoas incríveis por deixarem oportunidades, estudos e trabalhos de lado para continuar cuidando do seu filho(a). Por outro lado, também pode ser visto de forma infeliz se comparar com homens, pais, que não tiveram que abdicar de suas funções, sonhos ou desejos desde que seu filho nasceu. Embora existam muitos pais que, por poucas condições financeiras, largaram propostas de estudos para trabalhar e garantir sustento para sua esposa e seus menores. As mulheres, por sua vez, abandonavam seus estudos em função da criação exclusiva dos filhos, não podendo trabalhar, a não ser que passem a costurar ou preparar artesanalmente objetos em sua própria casa.

Renunciar aos estudos e de toda uma vida repleta de oportunidades e crescimentos educacionais para criar o filho é em dupla classificação oposta: bonito e triste. Afinal, somente com a LDB de 1986 é que o ensino infantil passou a ser considerado como obrigatório e antes não existia em Igarapé-Miri um amparo governamental ou creches para as mães que quisessem continuar seus estudos. Para uma mulher estudar ou trabalhar era necessário deixar a criança ao cuidado de parentes, vizinhos ou amigos. Embora, para isso fosse necessário o apoio do marido

ou pai. A professora Áurea contou com desgosto a falta de apoio que seu pai lhe dava para estudar, ao dizer:

Meu pai não queria que eu estudasse, ele dizia que isso não era para mulher, mas eu não deixava isso barato não, eu batia o pé e ia, ele não impedia, mas também nunca me apoiava (RODRIGUES, Áurea Maria. Entrevista realizada em 25/10/2021).

A Educadora cresceu no interior em que viveu grande parte de sua vida, irmã de dez irmãos, foi a única que continuou os estudos. Acrescentou “precisa ser uma pessoa que tenha bastante vontade e queira crescer e chegar lá, porque não é fácil. Pra mim foi muito difícil” (RODRIGUES, Áurea Maria. Entrevista realizada em 25/10/2021). Naquele período existiam homens que não apoiavam suas mulheres ou filhas na educação, enquanto em outros lugares se comemoravam, como alega a professora Benedita em um breve relato de uma oportunidade de emprego que conseguiu ao passar no concurso:

Antigamente distribuíram os certificados de conclusão e no certificado tinha as médias geral que tu tinhas passado e na minha era 8,5. Aí chamaram duas pessoas e a terceira foi eu. Eu fiz o concurso. Foi tudo rápido, em uma semana eles trouxeram as nomeações, aí mandaram chamar o meu marido para parabenizar ele, mas não era ele que tinha feito a prova (risos). Aí parabenizaram ele porque eu tinha passado, mas pra onde eu tinha passado era muito difícil eu ir, mas pra onde eu tinha passado era muito difícil eu ir, pois eu tinha filho, então me deixaram como servente em um colégio (SANTOS, Benedita. Entrevista realizada em 10/04/2021).

Em primeiro lugar, um ponto interessante a se questionar sobre esse relato é que embora estivessem comemorando sua aprovação no concurso, a parabenização foi dada ao Marido e não à Benedita. A entrevistada riu e falou com ironia ao mencionar o ocorrido, “mas não era ele que tinha feito a prova”, apontando a diferença de tratamento existente na época. Em segundo, no final de sua fala ela aponta a dificuldade que sofreu como mãe, que almejava trabalhar e não poderia colocar em prática em função de seu filho, pois o local era distante de sua residência. Em vista disso, recolocaram a professora na escola católica Instituto Santana, mas como servente, mostrando sua total indignação ao falar: “eu nomeada, concursada, professora, fui varrer sete anos e meio no colégio das irmãs e ainda um pouco cega amiga, pois se eu tenho a cabeça que eu tenho hoje, eu tinha ido para Belém na hora

e tinha sido reintegrada na sala de aula rápido, mas não, eu fiquei lá” (SANTOS, Benedita. Entrevista realizada em 10/04/2021).

A professora Áurea, assim como Benedita, ao atuar como educadora também buscou transferência de locação para ficar próxima a suas filhas. Dando ênfase a sua filha mais velha que era muito doente na época:

Com filha doente que passava mal, nem prefeito e nem ninguém estendeu a mão pra mim. Quem estendeu minha mão para trabalhar eu vir para cá, foi a professora Dona Belinha Maria de Jesus, mulher do Afonso que morreu recentemente. A dona Belinha que se resolveu com a freira para eu dar aula [...]. Foi um gesto de caridade de humanidade, a minha volta para trabalhar em Igarapé-Miri para ficar perto da minha filha doente (RODRIGUES, Áurea Maria. Entrevista realizada em 25/10/2021).

Para a educadora foi muito difícil ficar longe de suas filhas para dar aula nos interiores, mas precisava de dinheiro para mantê-las e custear o tratamento de uma delas, a qual estava muito doente na época, tendo em vista que a educadora não estava mais comprometida com pai da criança, o que causava indignação, repúdio e preconceito das pessoas que a observavam, pois mulheres e mães divorciadas e separadas eram mal vistas na sociedade mireense.

4.3.4 Ser mulher divorciada em Igarapé-Miri no final do século XX

Segundo Mary Del Piore,

a família dos anos 1970 foi resultado dos desencontros entre conservadorismo e desejo de liberdade. A presença da mulher nos escritórios, nos serviços, nas fábricas e nas lojas deu outra dimensão ao casamento. Com métodos contraceptivos mais eficientes desde 1962 e segurança profissional, as mulheres se reinventaram para elas, com reflexos mais ou menos evidentes nas relações familiares (DEL PRIORE, 2020, p. 204).

As mulheres estavam conseguindo cada vez mais espaços no mercado de trabalho e, com métodos contraceptivos, conseguiam se proteger de uma possível gravidez, possibilitando que elas conseguissem desenvolver suas habilidades, profissionalmente, sem preocupações.

Mulheres conseguiam ter mais liberdade para fazer escolhas, isto é, se queriam ter filhos ou não e com os anticoncepcionais podiam escolher o momento exato se preferirem. Ademais, conseguiam crescer economicamente ao ponto de não depender

financeiramente do marido e, com a Lei nº 6. 515/1977, Lei do divórcio, aprovada, foi possível que elas se divorciassem caso achassem necessário.

O cenário estava mudando, mas isso não quer dizer que foi bem aceito. Instituições tradicionais se opuseram contra as demandas exigidas pelas mulheres em relação ao divórcio, tendo conhecimento que ela já havia sido aprovada na Itália pela sede do Vaticano em 1970 (DEL PRIORE, 2000)

No Brasil, no entanto, teve-se oposição católica e de outros grupos conservadores, mas mesmo assim não impediu a abertura de campos para acalorados debates durante décadas, até a promulgação da Lei 6.515/77, a chamada Lei do divórcio a lei de divórcio no Direito de Família brasileiro no dia 26 de dezembro de 1977, que bastante contestada tornando-se o centro de históricas discussões que dividiram parlamentares, eclesiásticos, médicos, juristas, sociólogos, jornalistas, enfim, vários segmentos da sociedade brasileira, sobretudo, pela poderosa e constante oposição da Igreja Católica,

a Igreja Católica, [...] contra a indissolubilidade do matrimônio que ela mesma introduziu na Constituição em 1934. Junto a ela, [...] membros da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), que recolhiam assinaturas nas ruas, pelas capitais do Brasil, a fim de impedir que a lei fosse aprovada (DEL PRIORE, 2020, p.205).

Para a Igreja, o divórcio não é aceitável em vista de sua crença, tradições e costumes, embora deixou de ser impedido, mas isso não quer dizer que foi bem-visto na sociedade e principalmente por seus seguidores. Assim como afirma a professora Áurea ao contar o preconceito que vivenciou enquanto mulher separada do pai de suas filhas em uma Instituição escolar Católica em que era educadora.

Não era fácil ficar no colégio, tinha que ser senhoras casadas, moças e viúvas. Eu não poderia ficar no colégio porque eu era, assim foi chamado, mãe solteira, porque não casei, mas já tinha vida junto e me separei do marido e fiquei sem marido. Aí foi uma barra que eu encontrei com um grupo de freira de lá do colégio. Umas me protegendo e outras dizendo só fica até dezembro porque aqui só trabalha moças, senhoras casadas e viúvas (RODRIGUES, Áurea Maria. Entrevista realizada em 25/10/2021).

A professora Áurea não era casada civilmente, no papel, mas já vivia a 10 anos em uma união com o pai de suas duas filhas, que para ela significava uma vida de casados, porém, ele a abandonou juntamente com suas filhas, causando indignação na sociedade, a qual não era vista com bons olhos mães solteiras, mesmo sendo

trabalhadoras para manter a família. Por mais que direitos fossem cada vez mais garantidos às mulheres, mas mudar as mentalidades de algumas pessoas não era uma tarefa fácil, pois muitas delas, ainda insistiam no modelo de família tradicional, ou seja, o homem era o chefe da família e o provedor de renda, lei e ordem nos domínios, os quais lhe pertenciam.

A entrevistada Benedita também aponta o preconceito que viveu ao se divorciar de seu marido, após concedida a Lei do divórcio de 1977:

Por volta do meio do ano me separei de meu esposo, porque ele era um alcoólatra que chegava em casa brigando e quebrando tudo que tínhamos e meus filhos viviam com medo dele, então resolvi me separar. Minha separação deu o que fala, meus colegas de trabalhos me viam como uma marginalizada, “a Benoca além de ser negra, agora é uma mulher separada que absurdo”, as professoras todas casadas e brancas faziam o possível para não encontrar comigo para não terem que me cumprimentar (SANTOS, Benedita. Entrevista realizada em 10/04/2021).

O primeiro ponto a mencionar é a violência sofrida por Benedita, que vivenciava ao lado de seus cinco filhos por um marido bêbado e abusivo, o qual agredia o lar que viviam, causando medo e terror na família. “Alcoolismo, dependência química, desemprego e miséria social são fatores invocados quando se desejam interpretar o abuso da força, a intimidação, a brutalidade sobre o sexo feminino” (DEL PRIORE, 2000, p.8).

Outro ponto a ressaltar é o racismo que Benedita sofreu e apresenta em suas falas, uma situação infeliz, mas muito comum para mulheres negras no final do século XX. Em vista disso, abordarei com mais detalhes no próximo tópico.

4.3.4 Ser Mulher Negra em Igarapé- Miri no final do século XX

A professora Benedita sempre sonhou em ser professor desde muito cedo, o pouco que aprendia em sala de aula buscava repassar para crianças os seus conhecimentos com aulas de reforço escolar, que ofertava na casa de seu pai. Segundo a entrevistada

Eu trabalhei na casa do meu pai e depois eu fui fazer o ginásio, eu só tinha a 5ª série. Eu fui fazer os 4 anos do Ginásio, aí acabou os 4 anos do ginásio e aí eu passei em um concurso público que foi muito marcante na minha vida. Eu ganhei um concurso público para melhorar a vida dos professores. Nós

fomos para Abaetetuba, fizemos o concurso, eu passei e eles não me deram a vaga (SANTOS, Benedita. Entrevista realizada em 10/04/2021).

Com muita inocência, durante a entrevista questioneei a professora o porquê de não lhe darem a vaga de emprego e a entrevistada respondeu: “Por causa da cor minha filha” (SANTOS, Benedita. Entrevista realizada em 10/04/2021).

O mesmo concurso que parabenizaram seu marido em vez dela foi o mesmo que a impediram de executar seu magistério. Colocaram empecilhos em seus caminhos, primeiro tentando afastá-la de seus filhos ao colocarem a professora em uma instituição distante de sua residência e, depois de tanto lutar e questionar na prefeitura, foi impedida de assumir o cargo de educadora e remanejada para outra função, como descarado o preconceito a sua cor negra:

Eu nomeada, concursada, professora, fui varrer 7 anos e meio no colégio das irmãs e ainda um pouco cega amiga, pois se eu tenho a cabeça que eu tenho hoje eu tinha ido para Belém na hora e tinha sido reintegrada na sala de aula rápido, mas não eu fiquei lá. Só depois de uns 7 anos, quase 8 que veio uma freira que era muito minha amiga, a irmã Barros Lima, perguntou pra irmã superior, a diretora, “escuta, por que ela tá varrendo?” Aí ela disse “não porque não sei o que não sei o que” tentou dar uma desculpa. E o mais engraçado é que quando faltava uma professora do colégio eu substituía, mas o prefeito me colocou como servente, eu fui servente. Com a vinda irmã Barros Lima “você vai trabalhar na sala de aula essa semana, eu vou a Cametá e quando eu voltar Irmã Maria Izabel (diretora), eu quero achar ela na sala se possível nessa sala!” e eu trabalhei lá como professora, mas não fiquei muito tempo (SANTOS, Benedita. Entrevista realizada em 10/04/2021).

Como demonstrado, a educadora apresenta em suas falas o racismo que sofreu durante sua trajetória na escola Instituto Santana¹², a primeira escola que trabalhou. É perceptível na fala da educadora o desejo de dar aulas e os impedimentos que não permitiam essa atuação devido ao racismo que sofreu, um preconceito exagerado contra sua cor (etnia) que foi considerada inferior para exercer profissão de professora no colégio ou, até mesmo, no ginásio como alega a docente

Fiquei muito feliz quando consegui um contrato para trabalhar no ginásio como professora, mas quando cheguei na escola e apresentei para a diretora o meu contrato, qual foi minha surpresa? Ela me falou que a partir do dia seguinte eu poderia iniciar minhas atividades naquela instituição, mas como servidora, porque eu era uma mulher negra e os pais dos alunos não iriam aceitar uma professora negra. Sair de lá arrasada, mas aceitei as condições

¹² O Instituto Santana é uma escola vicentina e é conhecida até hoje como “colégio” ou “colégio das irmãs”, uma escola católica a muito tempo existente em Igarapé-Miri desde o final do século XX e presente até o dia atual.

da diretora pois precisava trabalhar e ganhar um dinheirinho para poder ajudar o meu esposo no sustento da família, porque tínhamos cinco filhos para sustentar (SANTOS, Benedita. Entrevista realizada em 10/04/2021).

Mesmo com seus esforços para trabalhar como docente, a professora Benedita era designada para a função de servente em qualquer instituição escolar que se estabelecia. O preconceito era evidente, não se aceitava ter uma educadora negra na sala de aula, somente para fazer serviços de limpeza ou de cozinha na cantina escolar, mascarando um racismo institucional fundamentado desde o período da escravidão, no qual negros eram considerados pelo sistema escravocrata como inferiores e designados para servir aos seus senhores brancos. A entrevistada continua

trabalhei durante dois anos como servidora e um belo dia me chamaram para assumir uma turma, porque a professora que estava regendo a turma saiu de licença maternidade. Assumi a turma e fui muito criticada pelas famílias dos alunos pelo fato de eu ser uma professora negra (SANTOS, Benedita. Entrevista realizada em 10/04/2021).

Embora o preconceito racial impedisse que mulheres negras lecionassem no campo escolar como educadoras em sala de aula, Freitas (2017) alega que elas sempre foram responsáveis na educação do povo brasileiro nos primeiros séculos, no entanto, essa educação não se limitava ao modelo de ensino formal na escola, mas se traduzia a proposta de educação, a qual possibilita que a criança ou adolescente se desenvolvesse por meio de vivências e experiências que não estavam escritas ou sistematizadas em currículos escolares, mas que não deixavam de ser essenciais para sobrevivência do ser humano. Para a autora, essa educação foi destinada às casas de famílias e essa proposta de cuidado e educação dentro das casas foi designada às amas de leite.

As amas de leite foram mulheres escravas negras que viveram no Brasil Colônia, também chamadas de “mães pretas”, responsáveis pela amamentação de crianças brancas quando a mãe natural se impossibilitava de fazê-lo. Sendo as crianças brancas amamentadas crescidas sob seus cuidados. “Elas eram responsabilizadas por todas as tarefas em relação às crianças: alimentá-las, vesti-las, orientar-lhes as brincadeiras, enfim, cercá-las de todos os cuidados necessários ao seu desenvolvimento” (FREITAS, 2017, p. 44).

No entanto, quando a educação da criança passou a ser sistematizada e estruturada em um espaço central escolar, para além dos cuidados e orientações das amas de leite, essas foram deixadas de fora, mesmo após a abolição da escravidão e com a inserção dos negros no mercado de trabalho educacional, os afastamentos das mulheres negras educadoras para operarem em sala de aula pelos governantes foram cada vez mais comuns, mesmo que mulheres sejam o maior número de professoras na educação infantil e fundamental é perceptível a maior aceitação de professoras brancas nas escolas do que professoras negras (FREITAS, 2017).

E com o passar dos anos, essa prática não mudou, como observado pelas falas das professoras Benedita ao tencionar trabalhar como professora no colégio ou ginásio no final do século XX e ser designada como servidora. Compreende-se assim que, mesmo que mulheres negras estudassem e adquirissem formação e capacitação necessária para isso, eram impostas dificuldades para praticar essa função, seja pelos governantes, diretores ou até mesmo pelos familiares dos alunos como alega a professora Benedita que, ao ter consciência do preconceito sofrido, lutou por seus direitos.

A diretora quis me fazer voltar para copa, mas neste período já uma mulher esclarecida, sabia dos meus direitos e comecei a lutar por ele foi aí que comecei a participar dos movimentos sociais e não me calei, jamais!
(SANTOS, Benedita. Entrevista realizada em 10/04/2021).

A luta das mulheres negras é um assunto há pouco tempo debatido na história do Brasil, poucas são as autoras negras que trazem a importância desse assunto. A situação da mulher negra na sociedade brasileira, é um reflexo de como as camadas sociais são construídas. No Brasil, o racismo e a questão de gênero são noções que moldam a pirâmide social. A história de luta e resistência da mulher negra é presente até no próprio movimento feminista. Onde “mesmo que mulheres negras individuais fossem ativas no movimento feminista contemporâneo desde seu início, elas não foram os indivíduos que se tornaram ‘estrelas’ do movimento, que atraíam a atenção da mídia de massa” (HOOKS, 2020, p.20).

A manifestação de mulheres feministas que durante anos trouxe mudanças significativas para a sociedade contém protagonistas negras atuando nos setores sociais que, para a história de luta do feminismo, foram ignoradas ou colocadas como personagens secundárias. Para Bell Hooks (2020, p.21), “diante da realidade do

racismo, fazia sentido que homens brancos estivessem mais dispostos a levar em consideração os direitos das mulheres, quando a garantia desses direitos pudesse servir à manutenção da supremacia branca”. Logo, a luta de mulheres negras sempre foi bem mais além do feminismo, pois era necessário lutar não somente por uma causa, mas por duas questões: por ser mulher e por ser negra.

A história do protagonismo da mulher negra é percorrida em vários âmbitos sócio-ocupacionais da sociedade brasileira desde a sua chegada no país e a educação, que foi construída a partir de padrões discriminatórios e preconceituosos em relação à raça e, principalmente, no que diz respeito à mulher negra, o racismo não somente ainda existe como traz desigualdades socioeconômicas e se torna meio de negação, ao emprego, à mobilidade social, à saúde, à educação, outros.

Foram anos de manifestações e resistências para se buscar uma valorização de ensino para os negros no Brasil. Pode-se propor que uma das respostas a esses anos de luta foi a implementação da Lei nº 10.639 de 2003, que alterou a Lei Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 de 1996, estabelecendo o ensino de História e Cultura Afro-brasileira obrigatório no Ensino Fundamental e Médio e que deverá perpassar todo o currículo escolar, em especial Educação Artística, Literatura e História, estabelecendo assim, uma mobilização de valorização do povo negro no Brasil, sejam homens e mulheres.

Esse ensino é importante para lutar e combater a visão errônea sobre o negro associada a inferioridade pelo racismo estrutural na sociedade que, por muitas vezes, foi nítido pela reprodução dos mecanismos eurocêntricos¹³, os quais controlam a História do Brasil, influenciando em vários quesitos, tais como a construção de imagens estereotipadas e a intensificação do racismo e o preconceito. Para tanto, com a inserção da Lei nº 10.639 de 2003 buscou incentivar a perspectiva da História para os povos que a compõem, contrapondo o eurocentrismo.

Ainda há muito por que lutar, não se pode ignorar o racismo existente na sociedade. Dessa forma, a educação se faz presente como um caminho para combater esse racismo por meio do processo de construção da identidade étnico-racial nas escolas, tornando possível encontrar formas para trabalhar com as

¹³ A visão Eurocêntrica ou Eurocentrismo é o conceito que afirma que a Europa é protagonista da história da humanidade, sendo repassada a muito tempo na história do Brasil no qual europeus passam a ser vistos como superiores aos demais povos existentes da sociedade (indígenas e negros) entendidos nessa perspectiva como inferiores e secundários.

diferenças e promover a valorização da trajetória do negro e principalmente da mulher negra, evitando, dessa forma, futuros preconceitos e injustiças sociais.

Vale salientar que no final do século XIX injustiças sociais estavam presentes na vida das mulheres negras ou brancas, pois foi marca presente nos corpos das jovens que ingressavam à escola com uma espécie de vestimenta meio que estilo militar. As alunas trajavam uniformes com saias longas e de pregas, blusas brancas estilo masculino com meias e sapatos pretos representativos de forma militar que era a moda feminina da época.

4.3.5 Vestimentas escolares femininas em Igarapé-Miri no final do século XX

Ao mencionar sobre as vestimentas escolares femininas no Brasil, uma característica foi marcante no final do século XX, a tendência de moda diretamente ligada com o sistema da época, isto é, o Governo Militar. Os uniformes dos alunos passaram a ter adereços similares aos dos militares, tornaram-se maleáveis, funcionais e com cores simples e facilmente camufladas.

Em Igarapé-Miri, durante a ditadura civil-militar, os alunos tiveram uma padronização concebida pela uniformização de vestimentas escolares, que tinham o intuito de promover uma imagem de organização, beleza e domínio por parte do corpo docente e administrativo das instituições para a sociedade local.

A professora Osvaldina acrescenta em sua fala a questão do uniforme escolar do ginásio, considerando que eles demandam de um modelo assemelhado a farda dos militares. Pouca gente percebeu, mas no ginásio tinha o distintivo e o aluno ainda era obrigado a comprar esse distintivo” (CRUZ, Osvaldina. Entrevista realizada em 24/06/2021).

Ademais, essa questão da uniformização era considerada tão importante nessa temporalidade que postulava regras para que fossem adotadas pelos alunos ao chegarem na escola. Conforme a educadora e aluna da escola Osvaldina, “se o aluno não usasse o uniforme completo, ele não entrava” (CRUZ, Osvaldina. Entrevista realizada em 24/06/2021).

É importante deixar evidente que essa questão de figurino escolar é até hoje bastante debatida, por ser atualmente presente nas escolas brasileiras. Em Igarapé-Miri essa regra ainda se torna vigente na instituição Aristóteles Emiliano de Castro,

como nos demais setores educacionais do município. No entanto, pode-se dizer que essa regra era postulada com mais obrigatoriedade na época da ditadura.

Observa-se, na figura 8, o desfile escolar de 7 de setembro da Escola Aristóteles Emiliano de Castro no ano de 1978:

Figura 8 - Fotografia do Desfile 7 de setembro (Portas bandeiras e pelotão de guardas das portas bandeiras) Ano:1978



FONTE: Acervo da Secretaria da Escola Aristóteles Emiliano de Castro (Acervo Histórico Miriense).

Na figura é possível verificar a importância dada a essa padronização de uniformização dos educandos ao verificar todos estão com o mesmo modelo de roupa, camisa branca e parte inferior escura, diferenciando apenas as saias das meninas e as calças dos meninos, contendo ambos até mesmo sapatos semelhantes, pois todos eram fechados e de cor preta.

As mulheres ao usarem saias era um sinal de domínio ao sistema impregnado, não somente militar, mas um sistema machista. Uma mulher usando calças, principalmente em uma instituição educacional representava para essa sociedade uma violação da conduta feminina, indo de encontro com políticas que estavam fundamentadas nas vestimentas de cada gênero (PRIORE, 2020).

A entrevistada Benedita relata um incidente que aconteceu com ela, relacionado ao traje escolar durante a marcha tradicional de 7 de setembro, quando estudava no colégio Instituto Nossa Senhora de Santana (INSA):

Meu pai era cabo eleitoral da ARENA¹⁴ (Aliança Renovadora Nacional), e deram duas vagas para as filhas dele no colégio e aí o resto eles dão um agrado, uma cotazinha. Aí nós fomos para o colégio, quando foi no ano 7 de setembro, nós todos perfilados. E aí a minha mãe passou por uma série de dificuldade e não deu para aprontar uma blusa e saia nova para o desfile, aí a irmã veio só olhou, me pegou na costa e me tirou da fila por conta da blusa que não parecia nadinha, e aí nós fomos embora pra casa. Era o colégio das irmãs, neste tempo chamavam ele de “senzala”. O regime era tão sério que chamavam ele de senzala, e aí nós saímos da fila e íamos chorar na casa, em vez da gente quebrar logo o pau lá, se fosse em outro tempo sim, mas naquele tempo de ditadura não se podia falar. E aí a professora Eurídice, todo mundo ficou calado, não teve quem saísse em nosso favor, todos calados, ‘há tá certo, estamos fazendo uma homenagem pra pátria, então nós temos que está muito bem vestido’, mas que pátria era essa? A pátria maior era os alunos e não bandeira e não hino, mas aí nós fomos retirados da fila por conta da roupa, mamãe passou bem a blusa e ela não deixou. Aí quando foi no outro dia nós fomos para a escola, chegamos na escola e sentamos como se nada tivesse acontecido (SANTOS, Benedita. Entrevista realizada em 10/04/2021).

A questão da aparência era considerada como uma prioridade, as alunas precisavam estar em boa aparência, com roupas escolares de aparência novas (blusa e saia) principalmente no decorrer da marcha de 7 de setembro, pois era o momento glorioso e esperado pelas escolas, para que pudessem ostentar sua conduta e bom visual para os demais membros da localidade. Ao tirarem a aluna Benedita Santos e sua irmã da fila, entre alunos que iriam marchar, o Instituto Nossa Senhora de Santana não considerou aceitável a imagem delas para promover a boa reputação da escola. Desse modo, desprezando e excluindo alunos que não se adequassem ao padrão estabelecido, ignorando, de certo modo, os alunos com baixas condições financeiras para representar a instituição de ensino no desfile.

Dando continuidade ao depoimento, Benedita dos Santos disse que não podiam reclamar com nenhum membro da referida escola, seja coordenador ou professor:

Só ficamos assim com a cabeça um pouco baixa, devido que a humilhação era muito grande, mas não passou disso. Nem meus pais foram lá saber porque elas não marcharam, porque lá quem mandava era eles. Era pior do que apanhar (SANTOS, Benedita. Entrevista realizada em 10/04/2021).

O triste relato da educadora mostrou o sofrimento que vivenciou com o tratamento diferenciado pela instituição de ensino. Assim como Foucault (1987) enfatiza o quesito escolar do exame que subjuga o aluno, trabalhando com méritos,

¹⁴ A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) foi um partido político brasileiro fundado em 1965 no período da ditadura civil-militar pelo governo ditatorial.

no qual vangloria os educandos que agem da forma que lhes é ordenado e condena e afasta aqueles que não favorecem seus rótulos e regras.

Para tanto, a professora Aurea demonstra com desgosto, ao lembrar de sua vida estudantil como aluna do Ginásio, o fato de ter que usar saia aparecendo as pernas, principalmente pelo fato de estar acima do peso e, por isso, alguns alunos faziam bullying¹⁵ com ela:

Me matriculei na segunda série, no terceiro ano ginasial, estudei a noite. Eu sempre era gorda, não do tamanho que to hoje, mas sempre fui gorda, aí era aquela crítica, vestida com um enorme salão que era obrigado, bota com aquela meia, aquela batona, aparecendo minhas pernas gordas, uma pasta grande que eu carregava, mas entrava por aqui e saía por aqui, as piadas e a gargalhadas, passei terceiro, passei pro quarto ano, terminou o quarto ano e continuei seguindo, mesmo com tudo isso nada me importava, eu precisava estudar (RODRIGUES, Áurea Maria. Entrevista realizada em 25/10/2021).

Mesmo que sofresse ofensas e risadas, a professora Áurea alega que continuou estudando, pois precisava prosseguir para conquistar seu sonho de ser educadora. Hoje se orgulha de ter conseguido resistir ao bullying e lutar contra uma sociedade que a discriminava por ser mãe solteira e divorciada. Ademais, se orgulha por continuar seus estudos mesmo com a não permissão de seu pai, que por ter uma conduta tradicionalista machista não aceitava que mulheres tivessem que estudar. Embora, sendo, até o momento desta dissertação, a única filha de nove irmãos que estudou e tem formação acadêmica.

¹⁵ Bullying é uma palavra de origem inglesa que significa " assédio moral", ou seja, designa atos de agressão, intimidação ou perturbação contra um indivíduo/vítima que não é aceito por um grupo ou sujeito, ocorre geralmente em escolas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho demonstrou que no período de 1960-1985 a educação feminina na Escola Municipal de Ensino Fundamental “Aristóteles Emiliano de Castro”, no município de Igarapé-Miri-Pará, as mulheres professoras trabalhavam como militantes políticas, o que consentiu fazer um contraponto com questões vinculadas às relações de gênero, a participação feminina nos movimentos, bem como as relações familiares, privada e pública que ocorreram na sociedade da época na perspectiva de três mulheres professoras mirenses, as senhoras Benedita Miranda dos Santos, Osvaldina Quaresma de Melo e Áurea Maria Pinheiro Rodrigues.

Assim, esta pesquisa que partiu da questão problema: quais as possíveis resistências e percepções das professoras no município de Igarapé-Miri durante os anos de 1960 a 1985? Alcançou o objetivo esperado que era de compreender a educação feminina na escola “Aristóteles Emiliano de Castro”, no município de Igarapé-Miri, no Estado do Pará, no período de 1960 a 1985, por meio da oralidade das três professoras mirenses, as quais trouxeram relatos de suas vidas como mulheres educadoras, mãe, mulher negra, divorciada com base nas suas percepções do que ocorreu na época, das atitudes sociais quanto como professorais e das possíveis resistências aos arbítrios que ocorreram no período.

Vale enfatizar que no tempo marcado pela inauguração da escola até o período da ditadura civil-militar brasileira, o país vivenciava diversas mudanças no campo das políticas públicas, sociais e educacionais. Conseqüentemente, a educação do Brasil passou a ser planejada mais para o exercício profissional do que para o exercício pleno da cidadania. No entanto, para as mulheres esse ramo profissionalizante não se adequava, pois, a sociedade estava marcada por um machismo estrutural baseado na disposição, organização, construção e ordem dos elementos que integram o corpo social, oferecendo respaldo à dominação patriarcal, exaltando os valores constituídos como “masculinos” em direto e descomunal a perda dos valores constituídos como “femininos” em todas as suas manifestações, pois a mulher não era vista com bons olhos se estivesse trabalhando longe de seu lar, de seus filhos, do marido e das tarefas domésticas.

Logo o trabalho fez menção dos depoimentos das três mulheres professoras entrevistadas, as quais apresentaram com detalhes seu engajamento no trabalho educacional mesmo com ensino voltado para a adequação e permanência de manter atividades domésticas as mulheres no período ditatorial.

No entanto, ficou evidente em suas falas e percepções que não existiu uma acomodação a esse período e ao ensino por parte delas, pelo contrário, pois embora a educação feminina de 1960 a 1985 fosse marcada por uma educação voltada para o lar e os afazeres domésticos, as educadoras resistiram a essas atribuições, buscando conquistar espaço no mercado de trabalho, além de resistir também aos preconceitos, machismo e até mesmo racismo existente na sociedade.

Assim, para entender os problemas que afligem essa educação feminina brasileira é necessário compreender seus percursos, os fenômenos e processos que a influenciaram e resultaram nesse ensino por meio de olhar histórico sem fazer juízo ou reparação, mas com a finalidade de refletir as condições que as mesmas vivenciaram para conquistar o seu espaço privado e público, questionando quanto a situação das mulheres na sociedade atual, tanto no âmbito privado quanto no público, fazendo um paralelo se há semelhanças quanto as agressões, preconceitos, submissões e espaço destinado às mulheres na sociedade vigente.

Porém para propor soluções para os problemas vivenciados por elas, é imprescindível que se conheça suas origens, compreendendo a educação, não como um fenômeno particular, de um local específico, mas como um processo que sofreu influência de questões como: racismo, mulher no mercado de trabalho, mulher divorciada, as quais permeavam, no Brasil no século XX.

Nesse sentido vale ressaltar que este trabalho foi pensado com intuito de conhecer a educação feminina na escola Aristóteles Emiliano de Castro no período militar sob o olhar das professoras entrevistadas que foram discentes quando adolescentes e docentes no período militar. É importante destacar que o processo ensino-aprendizagem foi focalizado sobre as lembranças das educadoras que na efetivação desse trabalho levou em conta muito daquilo que acreditavam e relataram. Sendo expostos seus relatos as suas lembranças, traumas e situações constrangedoras que ocorreram em suas vidas.

Entre as novas disciplinas estabelecidas, a disciplina optativa “Artes Femininas”, posteriormente chamada de “Educação Para o Lar” ganhou destaque e ênfase para se pensar como se configurava a educação das mulheres. Tendo em vista que se caracterizava como uma disciplina que designava ensinar as meninas serviços domésticos em função de seu gênero que por consequência impossibilitava os homens de cumprirem a mesma função.

Dessa forma, os processos educativos se deram de forma diferenciada respeitando a posição adotada pelos governantes e professores frente ao regime e a sociedade que assegurava as funções da mulher de forma equivocada. Diante desse cenário considera-se que a falta de discussões em sala de aula acarretou uma construção histórica voltada para o esquecimento proposital de alguns personagens históricos. Tendo em vista a importância da história oral que se fez presente de acordo com as vozes das entrevistadas para reconstruir a história de educação feminina que a pouco se tem escrito em documentos textuais.

Fica claro, com os relatos que existiram professoras que tinham consciência dos problemas enfrentados pelo país naquele tempo e que não estavam contentes com isso levando-nos a pensar meios que de alguma forma, pudessem “trabalhar a consciência crítica” de seus alunos no sentido de alertá-los, sobre os rumos que o país tomava e sobre o preconceito que a mulher sofria. Poderia anunciar que estudo em questão foi realizado com olhar histórico sem fazer juízo ou reparação, entretanto para refletir as condições que as educadoras vivenciaram para conquistar o seu espaço público e privado, dialogando a circunstância da mulher em nossa sociedade atual, fazendo uma comparação do passado com o presente, ainda existe as agressões, preconceitos, submissões no espaço destinado às mulheres, para as entrevistadas na sociedade atual a mulher já tem espaço, mas precisa melhorar cada vez mais, pois elas estão aposentadas com problemas de saúde devido sofrimentos vividos no passado, mas com o sentimento de dever cumprido e orgulhosas de terem resistido e lutando contra uma sociedade que dificultava sua vivência e trabalho de ser uma professora que fosse mãe, negra ou divorciada.

Dessa forma, o final do século XX, ficou longe de ser um período que apenas limitou os cidadãos e as cidadãs mirienses, pelo contrário, incitou dentro das mulheres um sentimento de luta, de liberdade, de tentativa de mudança, que fazia com que as professoras pensassem formas variadas de lutar contra um sistema machista e opressor, seja dentro das escolas ou em qualquer outro ambiente social, tendo criado, dessa forma, uma resistência não declarada que desempenhou um papel importantíssimo, principalmente durante os anos de chumbo.

Neste sentido, as professoras resistiram às pressões internas e externas nas escolas e conseguiram “fazer parte dessa mudança”, ao menos desenvolvendo a possibilidade da sociedade miriense poder pensar e conseguir, por si mesmo,

construir sua identidade e sua visão de mundo, sobre os acontecimentos que ocorriam.

Neste sentido, acreditamos que o estudo apresentado aqui constitui-se em um instrumento pedagógico de grande valia na busca de novos esclarecimentos sobre a educação feminina, mais precisamente em Igarapé-Miri na Escola Aristóteles Emiliano de Castro no período da ditadura civil-militar, pois se pode constatar que a educação é uma importante base para todas as mentes tradicionais que precisam se desconstruir das mazelas educacionais e preconceitos existentes, podendo assim, transformar a sociedade para o bem para todos os indivíduos.

Portanto conforme a análise dos relatos apresentados pelas professoras houve resistência através de sua profissão, na qual obtinham possibilidades e limites, onde dentro da escola por meio de sua prática pedagógica desenvolviam um trabalho crítico e esclarecedor e também fora da escola, elas lutavam contra a repressão, assim foi constatado que as participantes desta pesquisa construíram, através de suas práticas educativas, a resistência à ditadura civil-militar. Além disso, a oposição realizada por essas professoras foi delimitada pelas características do movimento oposicionista da sociedade em geral, ou seja, a resistência por elas desenvolvidas estava integrada no contexto social e político pelo qual o país passava em cada período da ditadura civil-militar.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Mileane Andrade. SOUSA, Luciano Dias de. Empoderamento Feminino: Conquistas e Desafios. **SAPIENS Revista de divulgação científica – UEMG CARANGOLA**. v.1 n.02. outubro, 2019. Disponível em: <<https://revista.uemg.br/index.php/sps/article/view/3571/pdf>>. Acesso em: 05/04/2022

BARROS, Edgar Luiz de. **O Brasil de 1945 a 1964**. São Paulo: Contexto, 1997

BITTENCOURT, Circe Maria F. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2009.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF, 1988. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 06/04/2022

BRASIL, **Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: DF. 1961. Disponível em:<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75529.htm>>. Acesso em: 15/04/2022.

BRASIL, **Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: DF. 1971. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 08/03/2022

BRASIL, **Lei n.º 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: DF. 1996. Disponível em <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2009/04/lei_diretrizes.pdf>. Acessado em: 13/02/2023

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>>. Acessado em:06/04/2022

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Trad. Sergio Gomes de Paula 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2008.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929 – 1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: UNESP, 1997

BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da história: Novas Perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

COBERN, W. W. **World View Theory and Science Education Research** (Monograph 3) Manhattan, KS: National Association for Research in Science Teaching, 1991.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

DEL PRIORE, Mary. **Sobreviventes e guerreiras: uma breve história das mulheres no BRASIL: 1500 – 2000**. São Paulo: Planeta, 2020

DIAS, Luiz Antônio; SOUSA, Rafele Lopes. **Entre a memória e o esquecimento 1964-2014: o golpe ontem e hoje**. Projeto História, São Paulo, n. 50, pp. 171-201, Agosto, 2014. Disponível em: <
<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/issue/view/1305> >. Acesso em: 05/05/2022

DONNER, Sandra Cristina. História Local: discutindo conceitos e pensando na prática. O histórico das produções no Brasil, Rio Grande do Sul: **XI Encontro Estadual de História: história, memória e patrimônio**. Anapuhrs, 2012. Disponível em: <
http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1342993293_ARQUIVO_HistoriaLocalBrasileMundotexto2012.pdf>. Acesso em: 05/05/2022

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. In: **Topi**. Rio de Janeiro, dezembro 2002. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/topoi/a/fpGyHz8dRnk56XjcFGs736F/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 05/04/2022

FREITAG, Barbara. **Escola, estado e sociedade**. 3. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979

FREITAS, Tais Pereira de. **Mulheres negras na educação brasileira**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2017.

FONTES, Edilza Joana Oliveira. A UFPA e os anos de chumbo: A administração do reitor Silveira Neto em tempos de ditadura (1960 – 1969). **Revista tempo e argumento**, Florianópolis, v.5, n.10, a. 2013. p. 258-294. Disponível em: <
<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013258/2844>>. Acesso em: 08/03/2022

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 1991

GOUBERT, Pierre. História Local. In: **História & Perspectivas**, Uberlândia, 6-45-47, Jan/Jun 1992.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Lais Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HIPÓLIDE, Márcia Cristina. **O ensino de História nos anos iniciais do ensino fundamental: metodologias e conceitos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras/ bell hooks**; tradução Bhuvi Libanio. – 14ª ed. Rio de Janeiro: Rosa Tempos, 2020.

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2000.

LEE GOFF, Jacques. **História e Memória**, 7ª ed. Revista. Editora da Unicamp, Campinas SP, 2013.

LOBATO, Eládio. **Caminho de Canoa Pequena**, 3ª ed. Belém, 2000.

MATTOZZI, I. **A História ensinada: educação cívica, educação social ou formação cognitiva?** Revista Estudo da História. Associação dos Professores de História (APH), n.3, out. 1998. Dossiê: O Ensino de História: problemas da didática e do saber histórico

MIGUEL, L. F; BIROLI, F. **Feminismo e política**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014. v. 1. p.164

MIRANDA LOBATO, Suely S. **Alberone Lobato; Vida, Trabalho e Realizações**. Belém, Pará: Imprensa Oficial, 2008.

OLIVEIRA, Rosiska D. de. **Elogio da diferença: o feminino emergente**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

PETIT, Pere; VELARDE, Jaime Cuéllar. **O Golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil militar no Pará: apoios e resistências**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 25, nº 49, p. 169-189, junho de 2012. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2749>>. Acesso em: 15/04/2021.

PINHEIRO, Marinaldo Pantoja: **Pequeno Caminho da Canoa: Historiografia do Município de Igarapé-Miri, Pará**. 1ª edição. Editora Veloso, Gurupi, TO, 2020.

PINTO, José. **História de Igarapé-Miri**. 1ª edição. Editora Veloso, Gurupi, TO, 2020.

POLLACK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Tradução do francês de Dora Rocha Flaksman. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em:< <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>> Acesso em: 23/06/2021.

REZZUTTI, Paulo. **Mulheres do Brasil: A História Não Contada**. 1ed. Rio de Janeiro. Leya, 2018.

SANTOS, Irineia M. Franco dos. História e Antropologia: Relações Teórico- Metodológicas, Debates sobre os Objetos e os Usos das Fontes de Pesquisa sobre os Objetos e os Usos das Fontes de Pesquisa. **Revista Crítica Histórica**. Ano I, nº 1 de Junho/2010. Disponível em: <<http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/55/Historia%20e%20Antr opologia.pdf>>. Acesso em: 05/04/2022

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOARES, Crisálida Pantoja & LOBATO, Cesarina Corrêa. **Prismas sobre Educação e Cultura em Igarapé-Miri no século XX**. Imprensa Oficial do Estado do Pará, 2001.

TERRA, Rosane B. M. da Rocha B.; AQUINO, Quelen Brondani. A Justiça como Equidade: atributo necessário para a promoção dos direitos e garantias fundamentais da mulher. In: DA COSTA, M. M. M.; RODRIGUES, H. T. (orgs.). **Direito & Políticas Públicas VII**. Curitiba: Multideia, 2012.

VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: o diálogo é a violência**. Movimento estudantil e a ditadura militar no Brasil. 2ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

VIERA, Maria do Pilar de Araújo. **Movimentos sociais, documentação e história oral**. Projeto História, São Paulo, n.8/9, mar. 1992.

VIEIRA, Josenia Antunes; MACEDO, Denise Silva. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. In: BATISTA JR., José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de (organizadores). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola 2018. p. 48-77.

ZUMTHOR, P. **Tradição e Esquecimento**. Tradução de Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Hucitec, 1997.

ANEXO

Termo de consentimento

Prezada participante.

Sou discente do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED da Universidade do Estado do Pará e estou desenvolvendo a Dissertação de Mestrado intitulada **EDUCAÇÃO FEMININA MIRIENSE NA ESCOLA MUNICIPAL ARISTÓTELES EMILIANO DE CASTRO NO PERÍODO DE 1960 A 1985**, sob orientação do Prof. Dr. José Anchieta Oliveira Bentes. Sua contribuição envolve uma entrevista, que será gravada se assim você permitir. Ela é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Na publicação dos resultados desta pesquisa, pedimos sua permissão para apresentar seu nome como sujeito-histórico que traz contribuições importantes para História Local. No entanto, caso não queira revelar sua identidade, garantimos sigilo e omissão de informações que permitam identificá-la. Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico. Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas por Rayanne Corrêa Cabral ou por José Anchieta Oliveira Bentes.

Atenciosamente,
Rayanne Corrêa Cabral
José Anchieta Oliveira Bentes

Consinto em participar deste estudo.

Nome e assinatura da Participante

Roteiro base da Entrevista oral (durante a entrevista pode ser sujeito a modificação com base no diálogo presenciado)

Apresentação

Nome completo da professora entrevista:

(Bom dia, ou Boa tarde ou Boa noite), eu me chamo Rayanne Corrêa Cabral, sou acadêmica Mestranda da Universidade do Estado do Pará eu estou fazendo uma pesquisa sobre a educação feminina Miriense na Escola Aristóteles Emiliano de Castro do período de 60 a 85, me contataram que a senhora trabalhou na escola nesse período e tem bastante conhecimento dessa época, então se possível, eu gostaria de fazer algumas perguntas para a senhora sobre o assunto.

Eu posso utilizar o **gravador de voz** para ficar mais prático e acessível a conversa na hora de escrever no papel?

Perguntas:

1 – A senhora lembra quantos anos a senhora tinha aproximadamente quando começou a atuar como educadora na instituição de ensino?

2 – Conte um pouco como foi sua trajetória para atuar como educadora?

2.1 – Durante esse percurso sofreu alguma dificuldade ou preconceito?

2.2 – O corpo docente da instituição de ensino ajudou você nesse percurso?

3 – Você foi mãe durante esse período?

3.1 - Como foi para você vincular o trabalho enquanto educadora e assumir o papel de mãe?

4- Fui informada que nessa escola existiam disciplinas voltadas para as mulheres, tal como a Artes Femininas ou Educação para o lar. Você conhece essas disciplinas? Já trabalhou ou estudou? Se sim como eram as aulas?

4.1 – O que os homens faziam durante essas aulas?

4.2 – Quais aspectos negativos ou positivos essas disciplinas tiveram para as mulheres, isso é, você acredita que essas aulas eram importantes?

5 – Sobre o período que Brasil estava vivenciando: Regime Militar Brasileiro. A senhora lembra quantos anos a senhora tinha aproximadamente quando foi implantado o regime militar? Era estudante ou já atuava como docente?

5.1 - O período militar foi um período que não vivenciei, mas já estudei muitos livros sobre e sei que foi um regime extenso que durou uns 21 anos e trouxe diversas mudanças na sociedade. Nesse sentido gostaria de saber, de acordo com suas memórias da época, como essa introdução do regime militar, ocasionado pelo o golpe de 1964 que os militares tomaram o poder, foi vista pela senhora e pelas pessoas ao seu redor dentro de Igarapé-Miri, isso é se foi visto de forma grandiosa como algo bom ou algo ruim dentro do município?

6 – Como as mulheres se comportavam na sociedade miriense? Existia algum padrão que as mulheres deveriam seguir?

6.1 – Na escola como as alunas se comportavam?

Muito obrigada!



**Universidade do Estado do Pará
Centro de Ciências Sociais e Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Travessa Djalma Dutra s/n – Telégrafo
66113-200 – Belém-PA**

